

**Ata nº02/2026**

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, reuniu, em reunião ordinária, a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural de Chaves, sito em Chaves, com início às nove horas e quinze minutos término às doze horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Período Antes da Ordem do Dia -----

Ordem do Dia: -----

PONTO 1 – APRECIÇÃO e VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025; -----

PONTO 2 – APRECIÇÃO e VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 12 DE JANEIRO DE 2026; -----

PONTO 3 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA; -----

PONTO 4 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DO MUNICÍPIO DE CHAVES (1 PRESIDENTE DE JUNTA); -----

PONTO 5 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO (1.ª) AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO DESTINADO AO FOMENTO DA APICULTURA - INFORMAÇÃO Nº 01/DDE/2026; -----

PONTO 6 - 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO) AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2026. INFORMAÇÃO N. 5/DDEF/2026; -----

PONTO 7 - ANÁLISE DO 14.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “REABILITAÇÃO DO HOTEL PREMIUM CHAVES – AQUAE FLAVIAE” CLASSIFICADO COMO PIM, DA SOCIEDADE HOTEL PREMIUM CHAVES, LDA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 101/DDE/2025; -----

PONTO 8 - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS PARA A REGULARIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO, NA RUA DO EMIGRANTE, NA URBANIZAÇÃO DA QUINTA DA TRINDADE, FREGUESIA SANTA MARIA MAIOR – PROCESSO Nº 1036/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 891/DPM/2025; -----

PONTO 9 - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO, NA RUA CONDE DE LINHARES, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE – PROCESSO Nº 1002/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 834/DPM/2025;-----

PONTO 10 - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO, NA RUA GENERAL FERREIRA MONTALVÃO, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE – PROCESSO Nº 1120/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 15/DPM/2026; -----

PONTO 11 - COLOCAÇÃO DE LOMBA REDUTORA DE VELOCIDADE, NA RUA SENHORA DA LAPA, FREGUESIA DE VILAR DE NANTES – PROCESSO Nº 1081/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 885/DPM/2025;-----

PONTO 12 - PEDIDO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PARA PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA, NA AVENIDA NUNO ALVARES PEREIRA, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – PROCESSO Nº 654/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 38/DPM/2026;-----

PONTO 13 – COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, NUM CRUZAMENTO NO CM1073, A NASCENTE DE PEREIRA DE VEIGA, FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES – PROCESSO Nº 1026/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 873/DPM/2025; -----



PONTO 14 - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, NO CRUZAMENTO DA RUA 25 DE ABRIL COM A RUA DA ESCOLA, FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM – PROCESSO Nº 1049/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 876/DPM/2025; -----

PONTO 15 - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, NA RUA DA SOLIDÃO, NO CRUZAMENTO COM A AVENIDA DOM AFONSO I DUQUE DE BRAGANÇA, FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES – PROCESSO Nº 1128/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 48/DPM/2026; -----

PONTO 16 - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, NA ALAMEDA DE TRAJANO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, PROCESSO Nº 1129/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 49/DPM/2026.-----

Presidiu a esta reunião da Assembleia Municipal de Chaves, **Anselmo José Martins**, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Chaves. -----

Dos setenta e nove membros que constituem a Assembleia estiveram presentes os seguintes: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Anselmo José Martins, Francisco António Chaves de Melo, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Luiz Mário Alves Carneiro, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Luís Manuel Areias Fontes, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, António Manuel Pires de Almeida, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, Manuel Guerra Afonso, Lígia Maria Chaves da Silva, Fernando Emanuel Monteiro Lopes, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Aurora Teixeira Carvalho Morais, Ricardo Vassal Coutinho, Nuno Miguel Claro da Silva e Maria de Fátima Monteiro Carvalho Marques. ---

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Marília Valente Ferreira Abelha, Alexandra Maria Neves Martins, Carlos Guilherme de Melo Gouveia, José Pimentel Sarmento, Cristina Maria Medeiros Guedes Ferreira de Moura, David Tavares Teixeira da Silva, Milena Sofia Vieira de Melo, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Pedro Miguel Vieira Miranda, Jaime Esteves Abreu e Olga Machado Gonçalves Ferreira. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Maria Teresa Morais Sarmento Campos e António José Barrigas Almeida Pereira. -----

Pelo Grupo Municipal do IL: Pedro Miguel Albino Figueiredo. -----

Pelo Grupo Municipal do CH – CHEGA: Ana Maria Pires Pinto de Almeida, José Luís de Menezes Amarante, Ricardo Filipe de Souto Teixeira e Gisela Marisa Magalhães Lopes. -----

Pelo Grupo Municipal do Plano C: John Cláudio Santos Alves. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias – Romeu Alves Pires Medeiros Gomes, de Anelhe – Victor Manuel Gonçalves Esteves, de Bustelo – Fernando José Moura de Barros, de Cimo de Vila da Castanheira – Marcelo Rodrigues Morais, de Curalha – Domingos de Moura Alves, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, de Mairós - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras – António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, de Oura – Raúl Fernandes Salvador, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte – Guilherme Pires Vilanova, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia, de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, de Sanfins - Sara Cristina Trinta Morais, de Santa Leocádia – Amândio Veríssimo Machado, de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, de Santo Estevão – Maria José Sena Barros Pereira, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia – Filipe Manuel Rodrigues dos Santos, de Tronco - Catarina da Silva Oliveira, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - Alexandre Gomes Araújo, em representação da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Augusto Nascimento Guedes, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões – João Manuel Almeida Pinto, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Carlos Alberto dos Santos Vaz, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras) – Ana Margarida Tito Fontes Parada, de Vale de Anta – Nuno Alves Pereira, de Vila Verde da Raia – Francisco José Ferreira Alves, de Vilar de Nantes - Luís António



Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilas Boas – Floriano Alves Videira, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota e de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage. -----

Registaram-se os seguintes pedidos de substituição de Deputados da Assembleia Municipal: -----  
Cristina Maria Inocêncio Imaginário, pelo PS, Abílio do Nascimento Ramos, pelo PS, José Francisco de Resendes Carreiro, pelo PS, Francisco António Pinho Peixeiro, pelo PS, Paula Alexandra dos Santos Chaves, pelo Plano C e Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo PPD/PSD. -----

Faltaram à reunião: Fernando Miguel Borges Valpaços, pelo PS, Sónia Cristina Adães Ferreira, pelo PS, e Cristina Maria Medeiros Guedes Ferreira de Moura, PPD/PSD. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Anselmo José Martins**, declarou aberta a sessão, após ter verificado a existência de quórum. -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Mesa, **Anselmo José Martins**, disse: -----

Muito bom dia a todas e a todos, cumprimento protocolarmente o senhor Presidente da Câmara, a senhora e os senhores Vereadores, cumprimento as senhoras e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, cumprimento o senhor primeiro Secretário da Mesa, a senhora segunda Secretária da Mesa, cumprimento o pessoal de apoio aos trabalhos, público presente, comunicação social que, eventualmente, esteja presente. -----

Vamos dar início à reunião, começando pelo expediente. Tal como vos prometi, o expediente foi enviado junto com a documentação, se tiverem alguma questão a colocar, façam favor, a Mesa responderá. Como não foram colocadas questões, damos a conhecer a esta Assembleia que foram entregues à Mesa Votos de Pesar. Vamos apresentá-los de imediato, antes do Período Antes da Ordem do Dia, propriamente dito. -----

De seguida, foram apresentados os seguintes documentos: -----

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, “Voto de Pesar pelo falecimento de Rodrigo Montalvão, filho do Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso e Líder do Grupo Municipal do PSD nesta Assembleia” – tendo sido lido por Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Deputada Municipal do PPD/PSD. -----

Bom dia a todos, começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, senhora Vereadora, senhoras e senhores Deputados Municipais, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, senhora e senhores Funcionários da Câmara Municipal, membros da Comunicação Social, demais público presente. -----

**“VOTO DE PESAR”** -----

*O Grupo Municipal do PPD/PSD manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do jovem Rodrigo Montalvão, de apenas 18 anos de idade, filho de Nelson Montalvão, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso – e Líder do Grupo Municipal do PSD nesta Assembleia. -----*

*A perda de uma vida tão jovem e promissora causa sempre uma dor imensa e deixa um vazio impossível de preencher. Aos dezoito anos, o Rodrigo encontrava-se no início de um caminho onde tudo ainda era possível: os sonhos, os projetos, as esperanças e os afetos que definem o futuro de um jovem e da comunidade que o viu crescer. -----*

*As palavras tornam-se pequenas perante a dor dos pais, da família e dos amigos próximos. Contudo, não podemos deixar de manifestar a nossa solidariedade e proximidade ao Nelson Montalvão e a toda a sua família, partilhando sinceramente o sofrimento que hoje os atinge. Expressamos, neste ato, um testemunho público de respeito, admiração e apoio humano, que reflete o sentimento de toda a comunidade flaviense. -----*

*A memória do Rodrigo permanecerá viva entre aqueles que com ele privaram, pelo seu carácter, pela sua alegria e pela forma como marcou positivamente quem o conheceu. É essa lembrança que hoje evocamos com respeito e sentida emoção. -----*

*Assim, o Grupo Municipal do PSD pede para expressar em ata o presente Voto de Pesar, endereçando à família as mais sentidas condolências, como expressão sincera da nossa homenagem e respeito. -----*



*Em virtude do momento de luto que atravessa o Grupo Municipal do PSD, e por elementar respeito humano e institucional, este grupo reserva o seu direito de, se assim o entender, trazer à discussão ou pedir esclarecimentos sobre quaisquer assuntos previstos para a presente sessão numa próxima reunião desta Assembleia Municipal, no Período Antes da Ordem do Dia, limitando-se, nesta sessão, à votação das propostas constantes da Ordem de Trabalhos. -----*

*Que este voto de pesar traduza o sentimento coletivo desta Assembleia e o profundo respeito pela memória do jovem Rodrigo Montalvão.” -----*

*Pedia a todos um minuto de silêncio. -----*

**O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade. -----**

*O Senhor Presidente da Mesa pediu que fosse guardado um Minuto de Silêncio. -----*

*Guardou-se um Minuto de Silêncio. -----*

*Pela Mesa da Assembleia Municipal, “Voto de Pesar pelo falecimento de Antero Luís Ginja, Ex-Presidente da União de Freguesias de Travancas e Roriz” – tendo sido lido por Luiz Mário Alves Carneiro, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Chaves. -----*

**"VOTO DE PESAR" -----**

*A Assembleia Municipal de Chaves, reunida em sessão ordinária no dia 18/02/26, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do Ex-Presidente da Junta da Freguesia de Roriz e da Atual União de Freguesias de Travancas e Roriz e membro eleito desta Assembleia Municipal. -----*

*Ao longo do seu percurso de vida pública, Antero Luís Ginja distinguiu-se pelo seu empenho, dedicação e elevado sentido de serviço à comunidade. No exercício das funções de Presidente de Junta, trabalhou com proximidade, responsabilidade e compromisso, contribuindo de forma relevante para o desenvolvimento da sua freguesia e para a melhoria da qualidade de vida das populações. -----*

*Enquanto membro da Assembleia Municipal, demonstrou sempre espírito democrático, participação ativa e sentido institucional. -----*

*O seu desaparecimento constitui uma perda significativa para o Município, para a sua freguesia e para todos quantos com ele privaram no exercício da vida cívica e pessoal. -----*

*A Assembleia Municipal de Chaves delibera: -----*

*1. Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Antero Luís Ginja; -----*

*2. Endereçar à família enlutada as mais sentidas condolências; -----*

*3. Guardar um minuto de silêncio em sua memória; -----*

*4. Dar conhecimento do presente Voto de Pesar à família e à União de Freguesias de Travancas e Roriz. -----*

*Chaves, 18 de fevereiro de 2026 -----*

*O Presidente da Assembleia Municipal -----*

*Anselmo José Martins” -----*

*O Senhor Presidente da Mesa pediu que fosse guardado um Minuto de Silêncio. -----*

*Guardou-se um Minuto de Silêncio. -----*

*Pelo Grupo Municipal do CDS/PP, “Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Pires Madureira” - tendo sido lido por António José Barrigas Almeida Pereira, Deputado Municipal do CDS/PP. -----*

*Muito bom dia, cumprimento o senhor Presidente da Mesa, os senhores Secretários, cumprimento também o senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, senhoras e senhores Deputados Municipais, pessoal dos serviços administrativos que sem eles nós não estaríamos aqui. Como é do vosso conhecimento, faleceu ontem o histórico militante do CDS e ilustre solicitador Manuel Madureira, com 96 anos, é hoje o funeral, razão pela qual, vou-me ausentar às 11 horas e proponha à Mesa um Voto de Pesar em respeito e consideração ao militante do CDS. -----*

**“Voto de Pesar pelo Falecimento de Manuel Pires Madureira -----**

*Manuel Pires Madureira, faleceu a 17 de fevereiro de 2026. -----*

*Nascido em 30 de novembro de 1929, na aldeia de Castelões, freguesia de Calvão, exerceu a profissão de solicitador na cidade de Chaves, uma carreira profissional de mais de 50 anos. -----*



Foi um destacado dirigente desportivo local, tendo sido presidente da Direção da Associação Desportiva Flaviense durante mais de 30 anos. -----

Em 1974, foi um dos fundadores da Concelhia de Chaves do CDS – Centro Democrático Social, tendo exercido diversas funções ao serviço do partido, nomeadamente a de presidente da Comissão Política Concelhia e a de candidato à presidência da Câmara Municipal de Chaves nas eleições autárquicas de 1985 e de 1997. -----

Pelo exposto, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe um VOTO DE PESAR a esta Assembleia Municipal de Chaves, em homenagem pelo reconhecimento do seu legado de dedicação e de serviço público. Chaves, 18 de fevereiro de 2026. -----

O Grupo Municipal do CDS-PP” -----

**O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.** -----

O Senhor Presidente da Mesa pediu que fosse guardado um Minuto de Silêncio. -----

Guardou-se um Minuto de Silêncio. -----

Pelo Grupo Municipal do CH, “Moção – Pela Criação de um Programa e Apoio à Preparação do Kit de Sobrevivência” - tendo sido lida por, Gisela Marisa Magalhães Lopes, Deputado Municipal do CH – CHEGA -----

Bom dia à Mesa, bom dia ao Executivo e bom dia a todos os presentes. -----

**“MOÇÃO** -----

O Grupo Municipal do CHEGA apresenta à Assembleia Municipal de Chaves a presente Moção - Pela Criação de um Programa Municipal de Informação e Apoio à Preparação do Kit de Sobrevivência, para apreciação e votação. -----

Considerando que a União Europeia recomenda que os cidadãos disponham de um kit de emergência que assegure autonomia durante, pelo menos, 72 horas em situação de crise; -----

Considerando que se tem verificado um aumento da frequência e intensidade de fenómenos extremos, designadamente incêndios rurais, cheias, ondas de calor, sismos e falhas prolongadas de serviços essenciais; -----

Considerando que a preparação das populações constitui um pilar essencial da prevenção e redução de riscos; -----

Considerando que muitas pessoas - em especial idosos, famílias vulneráveis ou cidadãos com menor acesso à informação - podem não saber como preparar adequadamente um kit de sobrevivência; -----

Considerando que compete ao Município, no âmbito das suas atribuições em matéria de proteção civil, promover ações de sensibilização e prevenção, em articulação com o Serviço Municipal de Proteção Civil e coma Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil; -----

A Assembleia Municipal de Chaves, caso aprove a presente Moção, deverá recomendar à Câmara Municipal: -----

1. Que avalie a criação e implementação de um Programa Municipal de Informação e Apoio à Preparação do Kit de Sobrevivência, em articulação com o Serviço Municipal de Proteção Civil; -----

2. Que o referido Programa inclua, designadamente: -----

a) A elaboração de uma checklist oficial, adaptada à realidade do concelho e baseada nas orientações nacionais e europeias aplicáveis; -----

b) A criação de um kit de exemplo, físico e demonstrativo, para apresentação pública; -----

c) A promoção de ações de informação e sensibilização descentralizadas, em articulação com juntas de freguesia, escolas, associações locais, instituições particulares de solidariedade social, lares e demais entidades comunitárias; -----

d) A realização de sessões práticas de apoio à preparação do kit, sempre que necessário, com especial atenção a idosos e agregados vulneráveis; -----

e) A disponibilização de materiais informativos em formato físico e digital, através dos canais institucionais do Município. -----

Assim, entendemos que esta iniciativa representa uma medida preventiva, responsável e de proximidade, reforçando a cultura de segurança, a resiliência coletiva e a proteção dos cidadãos do concelho de Chaves. Chaves, 18 de fevereiro de 2026.” -----



Os eleitos, do Partido CHEGA, na Assembleia Municipal de Chaves Ana Maria Pires Pinto de Almeida; José Luís de Meneses Amarante; Ricardo Filipe do Souto Teixeira e Gisela Marisa Magalhães Pires Lopes.

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, efetuou um breve comentário. -----

Muito bom dia a todas e a todos. -----

Queria começar por endereçar um conjunto de cumprimentos institucionais, cumprimentando o senhor Presidente da Mesa, o senhor primeiro Secretário, a senhora segunda Secretária, os senhores Vereadores e a senhora Vereadora, os Membros desta Assembleia Municipal, o público aqui presente, comunicação social, se presente, e os trabalhadores que asseguram a logística desta sessão da Assembleia Municipal. -----

A minha intervenção prende-se, sobretudo, com a necessidade de me associar aos três Votos de Pesar que foram aqui apresentados e votados de forma unânime pelos Membros desta Assembleia Municipal, no sentido de o expressar também em nome do Executivo Municipal Chaves. Neste momento de dor, de angústia e de grande sofrimento que, certamente, muitos dos familiares dos falecidos estarão a padecer, particularmente os pais do Rodrigo Montalvão, dizer que nos associamos à dor e, sobretudo, que estamos associados neste processo de sofrimento, esperando que com resiliência, com fé e com esperança possam ir mitigando este momento de sofrimento. -----

Depois, também, mas aí já tivemos oportunidade de dar essa nota de pesar ao vetusto Presidente de Junta, provavelmente dos Presidentes de Junta que durante mais anos exerceu a sua função, seja enquanto Presidente de Junta, fosse noutra função de Membro do Executivo de uma Freguesia, falamos do Antero Luís Ginja, já tivemos oportunidade de expressar esse nosso agradecimento, mas também esta nota de pesar a toda a família. -----

Depois, por aquilo que foi o mais conhecido dos Dirigentes da Associação Flaviense, o senhor Madureira que faleceu no dia de ontem, dizer que comungamos, partilhamos e nos associamos a este momento de sofrimento. -----

Quanto à Moção apresentada pelo Grupo Municipal do CHEGA, não sei se lhe chamaria programa, ou apenas uma ação, não sei se é mesmo programa ou se é uma ação que pode ser integrada noutro programa bastante mais abrangente. Como sabem, existem, quer a nível Nacional, quer a nível Municipal, um conjunto de instrumentos normativos que procuram disciplinar a forma como os vários intervenientes do Sistema Nacional de Proteção Civil, designadamente ao nível Nacional, ao nível Regional e ao nível Municipal, porque tem estas três dimensões, estes três níveis. Naturalmente, existem um conjunto de iniciativas diversas, elas estão forjadas, plasmadas, na respetiva lei de enquadramento e naquilo que são os Planos. Neste momento, temos em fase de aprovação o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, portanto, é nesse contexto, e dando tradução a esse instrumento normativo que, com certeza, todas as ações que possibilitem mitigar aquilo que possam ser os efeitos decorrentes dos incêndios rurais, ou seja, também de uma forma antecipativa, ajudar a contribuir para uma melhor formação, maior capacitação, maior preparação e um maior conhecimento por parte de todos quantos possam ser afetados por esses incêndios, isso é verdadeiramente desejável. -----

Queria também contextualizar dizendo que temos em curso, para além da aprovação desse Plano que não incide apenas nos riscos dos incêndios rurais, inclui também outros incêndios e outros riscos, seja das cheias, do gelo, da neve, de outros fenómenos que não são naturais, como desastres ambientais e acidentes com materiais perigosos e, nesse contexto, existe um conjunto de orientações no sentido de se tomar uma articulação importante e desejável entre todos os agentes da Proteção Civil, mas, no caso concreto, está em curso no Município de Chaves, na sequência de um conjunto de candidaturas, uma coisa que se chama “Condomínios da Aldeia”. -----

No âmbito desses Condomínios da Aldeia, vão ser realizadas um conjunto de iniciativas de capacitação, de informação e de definição do que deve ser feito em cada momento e quem tem o papel importante de fazer essa coordenação, bem como a identificação dos lugares seguros. -----

Portanto, não lhe chamando um programa, na minha perspetiva, é mais uma ação, é mais um contributo que me parece interessante e valorizável. Devemos todos, no nosso papel, na nossa função, desejavelmente sempre numa perspetiva preventiva, de podermos todos contribuir para que estes



fenómenos, que serão cada vez mais exigentes e, provavelmente, mais impactantes, possam ter o menor dos efeitos possíveis. -----

Portanto, queria só contextualizar aquilo que, na nossa perspetiva, é a interpretação sobre esta matéria dos fogos rurais. Também posso partilhar, aqui, com os presentes, que existem outras iniciativas, designadamente, não há muito tempo, no ano passado, o Município de Chaves, à semelhança de outros municípios, adquiriu e disponibilizou, em regime de comodato, um conjunto de câmaras de vigilância que estão espalhadas pelo nosso território no sentido de ajudar nas ações de fiscalização e vigilância por parte das autoridades judiciais com competências nessa matéria. Mas estamos também a preparar um procedimento de aquisição de algumas câmaras de largo alcance para que possamos detetar, de forma precoce, incêndios rurais naquilo que são as manchas florestais mais relevantes no nosso Concelho. São quatro ou cinco para que, efetivamente, de uma forma muito rápida, se possa identificar a deflagração desses incêndios, porque, todos nós sabemos, se a resposta for nos primeiros vinte minutos, o sucesso dessa ação é muito mais efetivo e a maior parte deles são extintos nesses primeiros vinte ou trinta minutos. -----

Portanto, dizer que com estes dados e com esta informação teremos a oportunidade de, aquando da aprovação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, podermos também abordar outras dimensões daquilo que são os riscos cada vez mais presentes. Muito obrigado. -----

No uso da palavra, **Marília Valente Ferreira Abelha**, pelo **PPD/PSD**, disse: -----

Bom dia senhor Presidente da Mesa, bom dia senhores elementos da Mesa, senhor Presidente da Câmara. Peço desculpa, porque não entendi que o senhor Presidente iria falar, não quis falar depois do senhor Presidente, mas também aquilo que eu venho aqui realmente falar não tem realmente importância política para além daquela que vocês lhe vão dar. Também cumprimento todos os elementos que estão presentes, os senhores Deputados e público presente. Eu queria fazer, aqui, também, um Voto de Pesar. Um Voto de Pesar e de solidariedade em simultâneo, que eu penso que será de toda a Assembleia. -----

Interveio o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, interrompendo o uso da palavra da senhora Deputada Municipal, Marília Abelha, do PPD/PSD, dizendo: -----

Senhora Deputada, é por mais alguém a quem quer propor o Voto? Vai-me desculpar, o período de apresentação dos Votos de Pesar, já passou. -----

Em resposta a senhora Deputada Municipal, Marília Abelha do PPD/PSD, esclareceu dizendo, não é alguém, e eu queria que o senhor Presidente me deixasse... -----

Interrompeu mais uma vez o senhor Presidente da Mesa, Anselmo José Martins, dizendo: -----

Não, esse momento está ultrapassado. -----

Respondeu a senhora Deputada Municipal, Marília Abelha, do PPD/PSD e disse: mas eu não vou falar de ninguém, já sei que aqueles que foram aqui votados foram Votos de Pesar, o meu Voto é de Pesar e de Solidariedade. -----

Esclareceu mais uma vez o senhor Presidente da Mesa, Anselmo José Martins: -----

O que está em causa aqui é a Moção, senhora Deputada, quer falar sobre a Moção? -----

Em resposta à questão colocada pelo senhor Presidente da Mesa, disse: -----

Não, não quero. -----

Senhor Presidente eu queria, mas o senhor Presidente não me vai deixar falar para saber aquilo que eu quero? -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Mesa, disse: desculpe, a senhora Deputada está completamente descontextualizada, a senhora Deputada é advogada, sabe como é que são as regras, só temos que cumprir as regras. Podia ter sido a senhora Deputada a ter a posição que estou a ter. Limito-me a fazer cumprir o Regimento. -----



Em resposta a senhora Deputada, disse: eu não estava presente, cheguei agora, peço desculpa, -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Mesa, disse: passou senhora Deputada, vai-me desculpar, passou. A questão é sobre a Moção, vamos passar à votação. -----

**A Moção foi aprovada por maioria com sessenta e três votos a favor e dez abstenções.** -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

Iniciou-se o Período Antes da Ordem do Dia. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Mesa, **Anselmo José Martins**, disse: -----  
Vamos entrar no Período Antes da Ordem do Dia, propriamente dito e aqui a senhora Deputada Marília Abelha pode aproveitar para falar sobre o que deseja, entramos no Período Antes da Ordem do Dia, propriamente dito, inscrições para esse período. -----

**John Cláudio Santos Alves**, pelo **Plano C**, no uso da palavra disse: -----

Muito bom dia a todos. Naturalmente, cumprimentar a Mesa, o Executivo, todos os Deputados e Deputadas Municipais, Presidentes de Junta, staff de apoio e, claro, os Munícipes aqui presentes. -----

Gostaria de aproveitar, uma vez que esta é a minha primeira participação nesta casa, para dizer que é com muito orgulho e honra que partilho este espaço convosco e que dou o meu contributo para melhorar o nosso Concelho dentro do possível. -----

Gostaria, naturalmente, de passar uma mensagem de condolências ao Deputado Nelson Montalvão, e a toda a sua família, em particular. Também ao Grupo do PSD, sei que esta perda inimaginável afetou todos nós e é natural que afete ainda mais o Grupo do PSD, pessoas que privam com o Nelson com muita frequência. Deixar também uma mensagem de solidariedade à família das vítimas que foram aqui mencionadas e, por isso mesmo, mais uma vez, em nome do Plano C, as nossas sentidas condolências. Tendo em conta que o tempo é escasso, gostaria apenas de endereçar uma pergunta rápida à Mesa, o senhor Presidente da Mesa tinha manifestado, na primeira reunião realizada em dezembro, que, quando verificadas as condições para transmitir estas Sessões em direto, tal seria feito. Nesse sentido, a minha questão tem que ver se já foram tomadas diligências para reunir essas condições? Se foram pedidos orçamentos para implementar e instalar os recursos necessários e, nesse sentido, se já existe algum horizonte temporal para que isso possa ser concretizado? Muito obrigado e até já. -----

No uso da palavra e em resposta às questões colocadas pelo senhor Deputado Municipal, John Alves do Plano C, o senhor Presidente da Mesa, **Anselmo José Martins**, disse: -----

Muito obrigado, senhor Deputado, o que tenho a dizer-lhes em relação a essa questão é que, informalmente, já contactei o senhor Presidente da Câmara. Como sabe, a Assembleia Municipal não tem recursos próprios, terá que ser o Município a fazer esse tipo de investimento, há contactos informais, formalmente ainda não há nada. Muito obrigado. -----

**Marília Valente Ferreira Abelha**, pelo **PPD/PSD**, no uso da palavra, disse: -----

Já cumprimentei todos e por isso eu só queria dizer e venho aqui com este propósito, convidar todos os elementos da Assembleia para um Voto de Pesar e de Solidariedade com todas as populações das cheias. Naturalmente que todos nós, até o nosso Concelho teve problemas, porque choveu muito e durante muito tempo, mas, eu estou a olhar e, todos nós sabemos o que foi a tragédia, as mortes, os danos causados em Coimbra, em Leiria, em Montemor, em Alcácer do Sal, realmente em muitos Municípios. Que esse Voto de Pesar e essa Solidariedade demonstrada por todos, através do senhor Presidente da Mesa, seja comunicada a todos os representantes desses Concelhos, ou seja, das suas Assembleias. Acho que seria um gesto muito importante, porque, só assim, mostramos essa solidariedade e eles sabem que nós estamos com eles. Claro que este gesto é formal, é simbólico, vale o que vale. Nós não estamos a dar-lhes mais que o nosso abraço, que o nosso conforto e este simbólico abraço fraterno, solidário, com aquela gente que sofre e continua a sofrer, porque muitos ainda nem sequer luz têm. -----



Por isso, eu convido todos e coloco à votação este Voto de Pesar e de Solidariedade que eu gostaria que fosse de todos, embora partisse do Grupo do PSD, e que fosse comunicado esse Voto de Pesar e de Solidariedade através do Presidente da Mesa, a todas as Assembleias, principalmente de Coimbra, Alcácer do Sal, Montemor, Leiria, a todos esses. Tenho dito, era só isso que eu queria realmente fazer. -

No uso da palavra o senhor Presidente da Mesa, **Anselmo José Martins**, disse: -----  
Senhora Deputada, o que é que eu lhes posso dizer? Obviamente que o conteúdo daquilo que a senhora Deputada está a propor, tem toda a pertinência e tem toda a atualidade. Agora, a senhora Deputada sabe que aqui não há apresentação de documentos individuais. É pena que o Grupo Municipal do PSD, que queria apresentar uma Moção ou um Voto de Pesar sobre essa matéria, não o tenha feito no tempo adequado, senhora Deputada. Nós não podemos andar para a frente e para trás. Se houvesse um pouco mais de organização, esse Voto de Pesar tinha chegado por escrito e tinha sido apresentado no momento certo. A senhora Deputada diz *“eu cheguei atrasada”*, essa não é desculpa válida, eu gostaria de ouvir os líderes dos vários Grupos Municipais, façam favor. Suspendo a sessão por dois minutos. -----

Consultados os Líderes dos Grupos Municipais, vamos abrir uma exceção, nunca mais vai acontecer. A Ordem de Trabalhos tem a sua sequência lógica e natural. É só Voto de Pesar ou é minuto de silêncio também o que a senhora Deputada propõe? Não, a Senhora Deputada é que faz a proposta, então fica Voto de Pesar e Solidariedade, depois vai-nos passar isso a escrito, pode ser? Muito obrigado. -----

*“Voto de Pesar e Solidariedade -----*

*“O Grupo Parlamentar do PSD vem propor um voto de pesar e de solidariedade por todos os que foram atingidos pela calamidade que assolou o Centro e Sul do país, que perdeu os seus familiares e amigos e a quem perdeu o seu teto, luz, água e trabalho, e a todos aqueles que de uma forma ou de outra foram prejudicados nos Concelhos de Leiria, Montemor-o-Velho, Coimbra, Alcácer do Sal e Marinha Grande.---  
Que este voto de pesar e de solidariedade seja enviado às populações atingidas através dos seus Municípios, ou seja, através das Assembleias Municipais. Convido todos desta Assembleia a participar e a votar favoravelmente este voto de pesar e solidariedade.” -----*

**Manuel Justino Matos Cunha**, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----

Cumprimento o senhor Presidente da Mesa, o senhor Presidente da Câmara e na pessoa deles, todos os presentes. Eu acho que é preciso ir um pouquinho mais longe em dois aspetos. Um, a solidariedade e o reconhecimento do papel dos Autarcas, das Juntas de Freguesia e dos Presidentes das Autarquias neste processo, não é? O exigir que o Estado não se ausente da compensação aos prejuízos e o reconhecer que, se houvesse controle público sobre a rede elétrica nacional e sobre as comunicações, as populações estariam muito mais protegidas e não estaríamos, três semanas depois, sem eletricidade em tanto sítio.

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, -----

Renovo cumprimentos ao senhor Presidente e a toda a Mesa, aos senhores Vereadores, à senhora Vereadora e a todos os Membros desta Assembleia Municipal. Era, apenas, para poder também dar algum contributo sobre esta matéria que já foi sendo enriquecida pelos vários intervenientes. Percebemos que estas situações, porventura, serão cada vez mais recorrentes e de maior intensidade e exigem de todos uma maior coordenação, sendo certo, que por mais coordenação que exista, e por mais recursos que sejam mobilizados, a verdade é que sabemos que nestas situações as insuficiências, as incapacidades, serão manifestas e, por conseguinte, com toda a competência, compromisso e disponibilidade de todos, percebeu-se que, de facto, os Autarcas de Freguesia e do Município, os Bombeiros, e aqui uma palavra muito importante para os Bombeiros que foram absolutamente essenciais e são sempre essenciais e decisivos na resposta às populações em todas as situações de emergência, mas em geral à população, o que nós precisamos, para além de um voto de solidariedade, é, ao mesmo tempo, dar o passo subsequente, e o passo subsequente é podermos ser solidários. Queria dizer que todos nós podemos ser solidários com estas dificuldades, porque elas não passaram, elas estão a ser vivenciadas. Elas, porventura, à medida que os dias passem, serão mais intensas e certamente haverá e terá que haver muito apoio. Mas, mesmo assim, ele será insuficiente para poder



reconstruir empresas, vidas, habitações, infraestruturas, enfim, uma infinidade de bens que foram destruídos. Queria dizer que o povo flaviense é um povo solidário e, de facto, nessa perspetiva, já foram desenvolvidas, promovidas e executadas um conjunto de iniciativas de solidariedade, umas mais anónimas, outras menos anónimas, desde as Freguesias deste Concelho até um conjunto de empresas, cidadãos anónimos que, de facto, têm sabido contribuir para este esforço coletivo de podermos minorar, ainda que seja em pequena dimensão, a dificuldade e o sofrimento dessas famílias. E, por isso, dizer também que o Município, em articulação com as Freguesias e com um conjunto alargado de entidades da área social, tem feito um papel de sinalização, recolha e entrega de bens. Já foram entregues em Leiria bens essenciais, foram entregues em Soure materiais de construção, foram entregues na Marinha Grande também bens essenciais. Dizer que este é um processo que também está a ser coordenado a nível Nacional pelo Governo e pela estrutura da Proteção Civil. Ao nível dos Municípios, a Associação Nacional de Municípios tem feito também um papel de sinalização daquilo que são as carências mais prementes de cada um dos Concelhos indicando que são 66 concelhos afetados pelo carrossel de tempestades. Isso tem permitido sinalizar, em cada momento, quais são as dificuldades mais prementes de cada uma das comunidades. Nalguns casos são bens essenciais, noutros casos são materiais de construção e, em quase todos os casos, uma resposta que tem sido muito difícil de concretizar, que é a capacidade ao nível da construção civil, sobretudo, operários e empresas que possam dar um impute muito importante nesta resposta inicial, sobretudo de reposição de telhados, evitando que os danos sejam maiores. E, portanto, queria dar apenas esta nota de enquadramento, não é mais que isso. Muito obrigado.

**O Voto de Pesar e Solidariedade foi aprovado por unanimidade.** -----

**Melissa Alexandra Carvalho Lopes**, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia a todos, começo por saudar o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a senhora e o senhor Secretários, O senhor Presidente da Câmara Municipal, a senhora e os senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados Municipais, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, publico aqui presente, comunicação e pessoal de apoio, Bom dia a todos. -----

Antes de iniciar a minha intervenção gostaria de dirigir uma palavra de solidariedade ao Deputado Nélson Montalvão pela perda do seu filho. Neste momento de profunda dor, apresento-lhe as minhas mais sentidas condolências, desejando-lhe que encontre a força e serenidade necessárias para enfrentar esta perda irreparável. -----

*“Intervenho hoje, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, para assinalar um momento político que consideramos relevante não apenas do ponto de vista partidário, mas sobretudo pela sua dimensão democrática e pelo sinal que transmite à sociedade portuguesa.* -----

*A vitória de António José Seguro representa, acima de tudo, uma afirmação clara de valores estruturantes do nosso regime democrático. Num contexto nacional e internacional marcado por incerteza, por discursos simplistas e pela crescente tentação do populismo, este resultado demonstra que existe espaço, vontade e mobilização social em torno de uma política responsável, moderada, dialogante e profundamente comprometida com os cidadãos.* -----

*Não se trata apenas de um resultado interno nem de uma simples alternância de lideranças. Trata-se da afirmação de um caminho político que, no atual contexto europeu e nacional, assume um significado particular: a defesa da democracia representativa perante a simplificação populista do debate público. --- Vivemos tempos exigentes para a democracia.* -----

*Em vários pontos da Europa e do mundo assistimos ao crescimento de movimentos que exploram o descontentamento social através da divisão, da desinformação e da desvalorização das instituições democráticas.* -----

*Estes fenómenos não surgem por acaso. Resultam de frustrações legítimas de muitos cidadãos que exigem respostas concretas, justiça social, oportunidades e confiança no futuro. Sabemos, porém, que o populismo raramente oferece soluções reais. Pelo contrário, fragiliza a confiança coletiva, simplifica problemas complexos e promove discursos que colocam em causa valores fundamentais como o pluralismo, o respeito institucional e a convivência democrática.* -----



*Vivemos tempos em que a complexidade dos problemas é substituída por slogans e em que governar é confundido com reagir. -----*

*Mas, a vitória de António José Seguro representa precisamente o contrário. Assume um significado político e simbólico relevante: afirma a política como espaço de construção, de diálogo e de responsabilidade. É uma mensagem clara de que é possível mobilizar os cidadãos sem recorrer ao ruído, à radicalização ou à exploração do medo. -----*

*Representa também a valorização de uma forma de estar na política baseada na proximidade às pessoas, no respeito pelas instituições e na capacidade de construir pontes entre diferentes sensibilidades políticas e sociais. Num tempo em que tantas vezes se tenta transformar a política num confronto permanente, esta mensagem assume um valor democrático que importa sublinhar. -----*

*Permitam-me destacar um aspeto particularmente relevante: a participação de muitos sociais-democratas que, com sentido de responsabilidade, se juntaram a este amplo movimento de recusa do populismo e de defesa dos valores democráticos. -----*

*Este gesto merece reconhecimento público. -----*

*Num sistema democrático maduro, é fundamental existirem diferenças ideológicas, alternativas políticas e debate plural. Mas é igualmente essencial existir um denominador comum assente no respeito pela democracia, pelas instituições e pelos princípios constitucionais. -----*

*Quando cidadãos e dirigentes de diferentes tradições ideológicas convergem na defesa desses valores essenciais, a democracia sai reforçada. É um sinal de maturidade política, sentido de Estado e compromisso com o interesse coletivo. -----*

*Esta convergência não significa diluição de diferenças nem perda de identidade política. Significa a consciência de que há momentos em que a qualidade da democracia deve prevalecer sobre divergências partidárias. É precisamente isso que este momento político simboliza. -----*

*Para o Partido Socialista, a democracia não é apenas um sistema eleitoral ou um modelo institucional. É, acima de tudo, um compromisso permanente com a melhoria das condições de vida das pessoas, com a redução das desigualdades, com a promoção da justiça social e com a criação de oportunidades para todos. -----*

*Acreditamos numa democracia participada, próxima dos cidadãos e capaz de responder aos desafios concretos das comunidades. É também por isso que esta Assembleia Municipal assume um papel fundamental. É aqui, no poder local, que a democracia se torna mais próxima, mais tangível e diretamente ligada à vida das pessoas. -----*

*O poder local é uma das maiores conquistas da democracia portuguesa. -----*

*Ao longo das últimas décadas, municípios e freguesias foram decisivos na promoção do desenvolvimento, na melhoria dos serviços públicos, na valorização do território e na coesão social. Devemos continuar a afirmar aqui uma política baseada na responsabilidade, na transparência e na procura permanente de soluções para os problemas concretos das populações. -----*

*O Partido Socialista continuará, no plano nacional e local, a assumir responsabilidades com espírito construtivo, abertura ao diálogo e determinação de colocar sempre os interesses das populações em primeiro lugar. -----*

*Aqui, onde tratamos de escolas, transportes, habitação, apoio social ou desenvolvimento económico, sabemos bem que nenhuma decisão séria nasce de discursos inflamados. Nasce da negociação, de ouvir os técnicos, de ponderar impactos e, muitas vezes, de ceder um pouco para todos ganharem. -----*

*É isso que distingue a política democrática da política populista: uma constrói soluções imperfeitas, mas reais; a outra promete perfeição imediata e entrega frustração permanente. -----*

*Quando cidadãos de tradições diferentes se unem para proteger a qualidade do debate público, não abdicam das suas ideias — garantem que continuarão a poder defendê-las no futuro. -----*

*É isso que devemos valorizar, não a unanimidade impossível e indesejável, mas a lealdade ao regime democrático. -----*

*Por isso, enquanto representante do Partido Socialista, saúdo a vitória de António José Seguro não como ponto de chegada, mas como sinal político de que ainda existe espaço para uma política moderada, séria e institucional num tempo de radicalização. -----*

*E agradeço sinceramente a todos os sociais-democratas que compreenderam que, perante o crescimento do populismo, há momentos em que a defesa da democracia exige convergências. -----*



*O nosso dever, nesta Assembleia, é honrar esse espírito. -----  
Continuaremos a discordar, como é saudável numa democracia. -----  
Continuaremos a fiscalizar, como é nossa obrigação. -----  
Mas nunca contribuiremos para a degradação das instituições que servimos. -----  
Porque quando a confiança pública se perde, não perde um partido — perde o país. -----  
Termino com uma ideia simples: -----  
A democracia não se protege apenas nos grandes discursos nacionais. Protege-se todos os dias, também aqui, nas assembleias municipais, quando escolhemos respeito em vez de suspeição e responsabilidade em vez de demagogia. -----  
Que este momento político seja, acima de tudo, um incentivo para elevarmos o nível do debate público em Portugal e também no nosso concelho. Muito obrigada.” -----*

**Manuel Justino Matos Cunha**, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----  
Tenho a dizer uma coisa pessoal sobre o Nelson Montalvão que é, nós a Assembleia, eu, nós, precisamos que ele consiga voltar, porque ele faz parte da história da Assembleia e deu um contributo sério para a dignificação do trabalho municipal, para além de toda a solidariedade à família. -----  
Eu gostava de saudar o novo Presidente da República, gostava de saudar a derrota daqueles que queriam, nesta eleição, enterrar abril. Saudar a derrota daqueles que queriam rasgar a Constituição, a Constituição do Poder Local Democrático, a Constituição da Paz, a Constituição da liberdade, da igualdade e da fraternidade, a Constituição dos Serviços Públicos, da Educação Pública, do Serviço Nacional de Saúde, a Constituição que, para aqueles que não sabem, foi promulgada por um Flaviense, pelo Marechal Costa Gomes, que fará, dia 2 de abril, 50 anos sobre tal evento. E julgo, fica não mais que uma sugestão à Autarquia, ao senhor Presidente da Câmara, que podia ser uma data bonita para homenagear a Constituição de Abril e para homenagear aquele Presidente da República que, tendo nascido e vivido em Chaves, aprovou essa Constituição no dia 02/04/1976, poucos minutos ou poucas horas após a sua aprovação na Assembleia da República. Fica essa proposta, essa sugestão. -----  
Depois, pessoalmente, eu não posso deixar de vir aqui dizer que o que os Estados Unidos estão a fazer com Cuba, é inadmissível! Eu visitei Cuba há 12 anos e passei pela ilha, não nos pontos turísticos, mas no contato com as pessoas. Aliás, estava em lua de mel, para que conste. Aluguei um carro e corri a ilha e vi uma população digna, vi muita gente que estava em desacordo com o regime, mas vi uma unanimidade de todas as pessoas que contactei, foi a dignidade que o regime e a revolução deram às populações, ao contrário da condenação à miséria que o Governo dos Estados Unidos está a fazer. ----

**Jaime Esteves Abreu**, pelo **PPD/PSD**, no uso da palavra disse: -----  
Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa da Assembleia, na sua pessoa, cumprimento também os restantes membros da Mesa da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, público presente, excelentíssimas senhoras Deputadas Municipais, senhores Deputados. Eu só pedi a palavra para enfatizar aqui uma situação. Naturalmente, o PSD vive um ambiente de consternação pela perda do nosso companheiro! A família social democrata está de luto, creio que não exagero se disser que Chaves também está de luto. E, nesse espírito, nesse sentido queria enfatizar aqui que nós hoje, nesta Assembleia, naturalmente participamos, a vida continua, as decisões têm que ser tomadas e os assuntos têm que ser debatidos. E nós estamos aqui também para isso, mas com alguma reserva. Nós não vamos aqui criar qualquer querela política, reservamos isso para futuras Assembleias. Obrigado. ----

**Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro**, pelo **PS**, no uso da palavra: -----  
Muito bom dia, cumprimento vossas Excelência, senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, público aqui presente e pessoal de apoio a esta Assembleia. -----  
Antes demais e a título pessoal, mas também institucional, não posso deixar de manifestar a minha inteira solidariedade ao Membro desta Assembleia Municipal, Nelson Montalvão, uma pessoa que eu já conheço há cerca de quarenta anos e a perda dele também é a nossa perda, portanto, todos nós lamentamos e só peço a Deus que lhe dê forças a ele e à sua esposa e a toda a família para conseguirem superar este



duro momento. Como costumamos dizer, “*nós não fomos feitos para sepultar os nossos filhos*”, portanto, a ordem lógica das coisas é inversa e, neste caso, infelizmente, a tragédia bateu a esta porta. -----

Também quero manifestar a minha solidariedade para com a família do senhor Madureira, pessoa de quem eu era muito amigo e por quem tinha muita estima pessoal e, como é evidente, também à família do nosso querido camarada e antigo Presidente de Junta, o Antero Ginja, uma pessoa que eu também muito estimava pela sua peculiaridade e pela sua maneira de ser. -----

Bom, feito este introito, o motivo que aqui me traz e nos traz de uma maneira geral, é para manifestarmos o nosso apreço e o nosso agradecimento a todas as estruturas de apoio às populações, nomeadamente, naquilo que diz respeito à Proteção Civil, e, muito em concreto, no que diz respeito ao Concelho de Chaves, que estivemos, ou não sei se ainda estamos, numa situação de contingência devido ao risco de cheias. E que, não haja dúvida, mobilizou todas as forças da Proteção Civil, começando pelo senhor Presidente da Câmara como responsável pela Proteção Civil, aqui deixando o apreço e o elogio pela pronta resposta, bem como ao respetivo Vereador da Proteção Civil e a todas as estruturas da Proteção Civil, nomeadamente as Corporações de Bombeiros. -----

Gostava, por último, de aqui deixar um testemunho pessoal de um eletricista da E Redes, e que está a participar na reconstrução das Infraestruturas em Leiria, que demonstra bem o humanismo que as pessoas colocam quando ele diz, “*Já chega, a sério, já chega, estamos há horas que já nem sei contar, dias sem dormir como deve ser, a comer quando dá, encharcados até aos ossos, com vento na cara e lama até aos joelhos, isto não é trabalho, isto é sobrevivência, o temporal Kristin virou isto tudo do avesso, postes partidos, cabos no chão, árvores em cima das linhas, há sítios aonde parece que passou um furacão, eu acho que passou mesmo um furacão e depois ainda há quem ache que isto se resolve em meia hora como se fosse carregar num botão, não é, nunca foi, cada linha que está no chão, é um risco de vida, cada intervenção tem de ser feita com cuidado, porque basta um erro e alguém não volta para casa e, mesmo assim, continuamos sempre, o que mais revolta é ouvir gente a dizer que ninguém aparece, que não estamos a fazer nada, vocês não veem, mas nós estamos lá no meio da noite, na chuva, no perigo, a tentar devolver a luz às vossas casas, enquanto deixamos as nossas às escuras, há colegas meus que não veem a família há dias, há quem esteja completamente esgotado, mas ninguém vira costas, só pedimos respeito, só isso, porque nós estamos a dar tudo, mesmo quando já não temos mais nada para dar.*” -----

É a muitos homens como estes que aqui queremos deixar o nosso público agradecimento. Bem hajam. - Muito obrigado. -----

**John Cláudio Santos Alves**, pelo **Plano C**, no uso da palavra disse: -----

Bem, olá de novo. Queria só, no seguimento daquelas que foram as palavras da Deputada Melissa, dizer que da parte do Plano C, também enquanto democratas, ficamos felizes pela eleição do António José Seguro. Enquanto um Grupo da política pluripartidário, alguns teriam um maior sentimento de reconhecimento daquilo que era esse candidato, mas, a verdade é que a plataforma comum que todos partilhamos, é que somos democratas e acreditamos que o populismo não é resposta. De acrescentar que, apesar da vitória, houve cerca de 1/3 das pessoas que votaram no outro candidato, o que significa que ainda há muito trabalho a fazer para passar mais uma mensagem de maior transparência, alento e credibilidade daquilo que são as instituições democráticas em Portugal. Para isso, e no nosso caso, enquanto membros desta casa, cabe-nos convidar as pessoas a estar presentes, a ver aquilo que é a política municipal. A verdade é que temos cerca de três/quatro pessoas em média, ou menos, presentes nestas sessões e, por isso, cabe-nos fazer muito mais para que as pessoas vejam aquilo que é o trabalho desta casa e muitas vezes para clarificar aquilo que acontece e não acontece aqui. Obrigado. -----

**Melissa Alexandra Carvalho Lopes**, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Renovo Cumprimentos, -----

“*Começo por saudar o Município pela realização de mais uma edição da Feira de Sabores de Chaves. - Num território do interior, iniciativas como esta têm um valor que vai muito além do calendário festivo. São, na verdade, instrumentos de política pública local, que promovem a identidade, dinamizam a economia e aproximam produtores e consumidores.*” -----



Ano após ano, a feira afirma-se como um espaço estruturante de valorização dos nossos recursos endógenos. -----

Os produtos locais, o saber tradicional, a gastronomia, o artesanato e a produção agrícola não são apenas memória cultural, são também oportunidade económica. -----

Quando devidamente valorizados, transformam-se em rendimento para as famílias, em atividade para as empresas, em atratividade para o território. -----

Durante demasiado tempo, os territórios do interior foram avaliados pelo que não tinham: indústria pesada, grandes infraestruturas ou elevada densidade populacional. Sabemos, hoje, como essa visão contribuiu para a desertificação humana e económica. -----

Mas, também sabemos que o desenvolvimento do interior faz-se valorizando aquilo que só o interior possui. -----

É aqui, nesta Feira, a valorização dos recursos endógenos não é folclore nem nostalgia, é economia concreta. -----

Cada produtor presente não está apenas a expor, está a participar numa cadeia económica curta. -----

Cada produto vendido não é apenas consumo, é riqueza que permanece no concelho. -----

Cada visitante não leva apenas uma compra, leva uma relação futura com o território. -----

Aqui reside a diferença essencial: ou a riqueza sai do território, ou circula dentro dele. -----

Ao apoiar a produção local, o Município de Chaves apoia pequenas explorações familiares, microempresas, jovens agricultores e emprego distribuído. Fixa população não por decreto, mas por viabilidade económica. -----

Contribui para uma lógica de economia circular. A Produção local, a transformação próxima e o consumo de proximidade reduzem o transporte, o desperdício e aumentam o valor acrescentado local. -----

- Menos transporte significa menor dependência externa. -----

- Menos intermediação significa maior rendimento para quem produz. -----

- Mais transformação local significa mais emprego qualificado. -----

Quando a restauração compra localmente, quando o produtor transforma e quando o consumidor adquire diretamente, o dinheiro permanece mais tempo no concelho e multiplica-se dentro da economia local. ---

Num contexto nacional ainda muito concentrado nos grandes centros urbanos, iniciativas como esta mostram um caminho diferente: desenvolver a partir do território e não apesar dele. -----

A competitividade dos territórios mede-se pela capacidade de oferecer autenticidade, não uniformidade.

Quem visitou a feira não encontrou apenas uma mostra de produtos, encontrou uma experiência integrada de gastronomia, cultura, património e comunidade. E é essa experiência que hoje diferencia o nosso território e sustenta um turismo de qualidade. -----

O visitante contemporâneo não procura apenas um destino; procura autenticidade. Esta feira é uma das melhores formas de comunicar quem somos. -----

E, -----

Mesmo perante condições climatéricas adversas, a adesão de produtores, associações e visitantes demonstrou a maturidade desta iniciativa. Deixou de ser apenas um evento para se afirmar como instrumento de desenvolvimento. -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Reconhecemos o trabalho do Município, das associações, dos produtores, dos voluntários e de todos os envolvidos. -----

Mas o verdadeiro potencial da feira não está apenas nos dias em que acontece, está no que pode gerar ao longo do ano. -----

A promoção contínua, a certificação de produtos locais, a ligação à restauração, o apoio à transformação agroalimentar e a construção de marca territorial devem ser o prolongamento natural deste evento. -----

Quanto mais conseguirmos transformar três dias de feira em doze meses de atividade económica, maior será o impacto no desenvolvimento do concelho. -----

O desenvolvimento dos territórios do interior não depende apenas de grandes infraestruturas; depende sobretudo da capacidade de criar valor a partir daquilo que já existe. -----

E o que temos é autenticidade, qualidade e identidade — ativos cada vez mais valorizados numa economia globalizada. -----



*Por isso, o Grupo Municipal do Partido Socialista entende que é justo reconhecer o trabalho do Município, das associações, dos produtores e de todos os envolvidos na organização. -----  
Saúda, assim, esta edição não apenas pelo sucesso alcançado, mas pelo modelo de desenvolvimento que representa, baseado nos recursos locais, nas pessoas e na economia circular e nas pessoas, colocando-os no centro das políticas públicas. -----  
O interior afirma-se não tentando ser igual aos grandes centros urbanos, mas sendo diferente deles. E essa diferença, feita de proximidade, autenticidade e qualidade é hoje uma vantagem competitiva. -----  
Que continuemos a investir neste modelo, porque valorizar o que é nosso é também garantir futuro para quem cá vive e trabalha. -----  
Muito obrigada.” -----*

Encerrou a discussão o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----  
Renovo cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, aos respetivos Secretários, à senhora e senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal, público presente e também a quem assegura a logística desta Assembleia Municipal. Queria dizer que hoje o tom, enfim, dada a circunstância que todos conhecemos, será mais comedido, mais circunspecto, e cada um de nós fará sempre uma autolimitação de poder fazer considerações que possam, eventualmente, ser interpretadas num sentido impróprio e isso gerar uma discussão que hoje não queremos necessariamente. Dizer que, no essencial, todas as intervenções foram colocadas com ênfases distintos, procurando dar relevância a aspetos que cada um mais valoriza. Dizer que, sabemos todos que quanto às questões relacionadas com os fenómenos climáticos, muito centrados na questão do vento, na questão da chuva, também na questão da neve, que já tivemos com abundância este ano, de facto, faz-nos pensar verdadeiramente que há questões essenciais que nos levam para as causas. Nós conhecemos os efeitos e as causas, e estão necessariamente ligadas aos próprios fenómenos naturais, mas, porventura, também a circunstâncias que têm a ver com as alterações climáticas e com algum desequilíbrio ambiental que possamos estar a viver. E, nessa perspetiva, é cada vez mais preocupante perceber que há um conhecimento científico cada vez mais intenso, mais revelador, mas, por outro lado, percebemos que há países que são absolutamente decisivos neste combate e que, ao invés de associarem os seus esforços para diminuir, mitigar, as causas dessas alterações climáticas, o que estão a fazer, é dar-lhe mais força. Decisões como são as dos Estados Unidos, designadamente, abandonando tudo que são Convenções ligadas ao clima, ou outros países como são a China ou a Rússia, ou também aqueles países mais populosos da Ásia, designadamente a Índia, se esse compromisso não existir verdadeiramente, tudo o que nós pudermos fazer a título individual, a título coletivo enquanto comunidade, é importante, mas não vai ser decisiva. E, portanto, temo que estas questões possam, porventura, vir para o território com mais intensidade e que nós possamos ser confrontados com situações ainda mais críticas de vento, de neve, de chuva e o que isso possa significar para as infraestruturas, para a habitação, para o nosso modo de vida e para aquilo que nós entendemos essencial e fundamental para as nossas comunidades e coletividades, portanto, preocupa-nos muito. É verdade que fazemos aprendizagens com todos estes processos, com uma maior incidência e com uma expressão inigualável que aconteceu na zona centro, que não tem nada a ver com o que aconteceu em Chaves, mas, de qualquer das formas, permite-nos fazer processos de aprendizagem, de concertação, de trabalho colaborativo, de trabalho em proximidade e trabalho dedicado. E, por isso, queria também, relativamente àquilo que foi o impacto de menor dimensão do nosso Concelho, as cheias, deixar aqui uma palavra de relevância pelo trabalho, pela disponibilidade, pela prontidão do senhor Vereador da Proteção Civil, Nuno Coelho Chaves, que esteve sempre presente, diligentemente, neste processo; aos Bombeiros, que são sempre aqueles que estão a dar o corpo ao manifesto e que para tudo e em todas as situações respondem presente; e depois, naturalmente, à Proteção Civil Municipal, também às forças de segurança, todos os parceiros e intervenientes nesta rede que quiseram e souberam estar presentes quando foi necessário acionar o plano de emergência municipal, porque estávamos em situação de contingência. E, portanto, verdadeiramente, os danos existem, mas eles são comédidos e está a ser feita, neste momento, a avaliação. -----  
Depois, queria também dizer que vivemos tempos de incerteza, de complexidade e cada vez maior dúvida. Temos uma única certeza, a única certeza que temos é caminhar e devemos caminhar juntos. E este é um processo que vale para todas as dimensões. Vale para a dimensão económica, mais nesta relação



com a agricultura e com a pecuária, nós já percebemos, e percebemos pelas más razões, que esta estratégia é fundamental e que, porventura, o País no seu todo, as Regiões, os Concelhos e as Freguesias em particular, teremos que fazer mais e melhor ainda nesta articulação e nesta cooperação no que diz respeito à valorização dos ativos agrícolas e na sua dimensão própria. Mas também na relação que têm com o ambiente, na relação que têm com o turismo, na relação que têm com outras dimensões. E, por isso, dizer que as feiras, como são as feiras que vão acontecendo pelo território todo a nível nacional, elas são verdadeiramente espaços de afirmação, espaços de identidade, mas também são espaços de economia. E, por isso, desejar que este processo seja um processo de continuidade, que muitos dos jovens que estão nas feiras e que têm também atividades principais e que são fundamentais para a sua subsistência, mas, depois, querem continuar a perpetuar aquilo que é o modo de fazer, um modo de vida muito ligado, neste período do ano, àquilo que são os derivados do porco, as feiras do fumeiro, mas não só. Mas é também importante a questão do barro, ou a questão da cestaria, ou a questão do artesanato, ou também as questões relacionadas com o mel e também aos frutos vermelhos, ou passando pelos licores. Enfim, eu acho que é um processo que convoca a todos, é essencial que a nossa comunidade possa ser mais resiliente e nós podermos olhar para esta economia mais ligada à agricultura, ao turismo e, ao mesmo tempo, também olharmos de forma mais intensa a economia ligada ao turismo, com a economia ligada ao termalismo, com a economia ligada à indústria, com a economia ligada também ao nosso comércio. Porque se nós tivermos uma economia o mais estruturada possível em diferentes áreas, com certeza estaremos mais preparados para aquilo que são as incertezas e os desafios do futuro, porque não sabemos quando, mas vão acontecer. Muito obrigado. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Mesa, **Anselmo José Martins**, disse: -----  
Muito obrigado senhor Presidente, antes de entrarmos no Período da Ordem do Dia, queria fazer uma sugestão aos Grupos Municipais por uma questão de metodologia e de melhor passarmos a informação ao coletivo municipal. Quando tiverem Moções ou Recomendações que queiram ver discutidas e aprovadas nesta Assembleia, eu agradecia que as fizessem chegar pelo menos com 48 horas de antecedência aos serviços, porque, depois, os serviços também fariam chegar esses documentos imediatamente aos elementos da Assembleia Municipal. Penso que com essa informação prévia ficariam mais capacitados para tomarem decisões. Não é obrigatório, fica esta sugestão. Entramos no Período da Ordem do Dia. -----

## -----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – APRECIÇÃO e VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025; -----  
A Ata número cinco, referente à reunião ordinária realizada no passado dia 17 de dezembro de 2025, foi colocada à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Deputados desta Assembleia. -----

Seis Deputados desta Assembleia Municipal não participaram na votação pelo facto de não terem estado presentes na reunião a que a ata se refere. -----

**A ata foi posta à votação e aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 2 – APRECIÇÃO e VOTAÇÃO DA ATA DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 12 DE JANEIRO DE 2026; -----

A Ata número um, referente à reunião ordinária realizada no passado dia 12 de janeiro de 2026, foi colocada à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Deputados desta Assembleia. -----

Seis Deputados desta Assembleia Municipal não participaram na votação pelo facto de não terem estado presentes na reunião a que a ata se refere. -----

**A ata foi posta à votação e aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 3 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----  
Seguiram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----



-----  
**John Cláudio Santos Alves**, pelo **Plano C**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia a todos mais uma vez. A primeira questão que eu gostaria de colocar, era uma questão que gostaríamos de ter feito no Período Antes da Ordem do Dia dada a sua importância. Mas, por questões de restrição de tempo, não o pude fazer. No seguimento de tudo aquilo que já foi dito, no que diz respeito aos fenómenos extremos climatéricos que afetaram diferentes Concelhos do nosso País, gostaria de perguntar ao Executivo se o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, cuja versão mais recente disponível no site data de outubro de 2010, vai ser, ou está a ser revisto, para integrar aprendizagens destas situações recentes a nível Nacional? Segundo ponto, estão a planear rever ou preparar um inventário atualizado de recursos e meios que o Concelho precisa para responder a eventos extremos, como, por exemplo, o número de geradores, tendas de campanha, entre outros recursos essenciais? E, por último, já foi feita ou está planeada alguma avaliação das infraestruturas críticas do Concelho, sejam pontes, autoestradas, unidades de saúde, barragens, equipamentos destes que vimos que em muitos outros Concelhos nas últimas semanas cederam perante a escala dos fenómenos climatéricos observados. A seguinte questão, tem que ver com aquela que foi a audiência com a Ministra da Saúde que teve oportunidade de nos comunicar na última sessão da Assembleia. Na altura, disse-nos que havia um compromisso da parte da Ministra da Saúde que iriam reunir passado dois a três meses para continuar a conversa e, mais importante do que isso, encontrar soluções para o serviço de Pediatria no Hospital de Chaves. Assim, a nossa questão é se já existe uma data mais importante, já existe alguma evolução no que diz respeito à melhoria desses mesmos serviços. A pergunta seguinte, tem que ver com o bairro digital. É uma medida importante que tem sido falada amplamente nos últimos meses. Sabemos que, com base na informação disponível na plataforma da transparência, esse mesmo projeto deveria ter sido concluído em setembro de 2025, no entanto, ainda não está concluído. Tivemos oportunidade de falar com diferentes comerciantes, inclusive um que submeteu, na impossibilidade de estar presente, o seu testemunho à Mesa que, ou não tem conhecimento de como aderir ao projeto em causa, ou, no caso de outros comerciantes, não têm conhecimento de quando é que o projeto estará pronto ou quando será concluído, como tal, poderão usufruir de todas as valências e oportunidades que esse mesmo projeto dispõe. Por último, em relação à reabilitação do Parque de Campismo da Quinta do Rebentão, no Boletim Municipal mais recente foram elencadas todo um conjunto de valências que serão possíveis a partir do momento que for concluída essa reabilitação, no entanto, não refere qual é o horizonte temporal para o início da obra e quando é que esta será concluída. Gostaríamos, assim, de perguntar se nos podem facultar essa informação. É tudo para já, muito obrigado. -----

-----  
**Manuel Justino Matos Cunha**, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----

Cumprimento a todos novamente, a questão que eu venho colocar é a propósito da visita da Ministra da Saúde. Temos assistido, para quem está desatento, neste momento, na direção clínica da Unidade Local de Saúde, já não há aquilo que sempre existiu, aquilo que se chamava o representante do Hospital de Chaves. Desapareceu, tanto quanto eu sei. Não é que isso tenha muito mais do que o valor simbólico, mas vai esvaziando a importância da unidade Hospitalar de Chaves. -----

O Serviço de Ortopedia atravessa sérias dificuldades depois da reforma do Doutor Carlos Pintado. Como sugestão, nesta Assembleia, acho que ele merecia uma homenagem pelo peso que teve na estruturação do Hospital de Chaves e na resiliência. As soluções para a Imunoterapia tardam e se existem, são mais do que insuficientes e há muitos doentes sem resposta nesta valência. A questão que eu punha é, exatamente, quando se perspetiva aquilo que se vai enunciando, um reforço, um acender, um reacender do protesto da exigência que o Governo cumpra os direitos à saúde das populações do Alto Tâmega, neste caso concreto à saúde hospitalar. -----

-----  
No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, efetuou esclarecimentos às questões suscitadas pelos senhores Membros desta Assembleia Municipal. -----

Reitero cumprimentos, senhor Presidente, senhora e senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores, Membros desta Assembleia Municipal, público aqui presente e estrutura de apoio. -----

Relativamente às questões que foram suscitadas, elas extravasam todas aquilo que está naquela informação. Portanto, a informação que foi prestada, não suscitou qualquer dúvida. Ainda bem, ela é clara



e explícita. Quanto à questão do Plano Municipal de Proteção Civil, reitero o que já disse anteriormente, a propósito da Moção do CHEGA, eu disse que esse instrumento estaria em fase de aprovação e, por conseguinte, bastaria estar atento e perceberia que, verdadeiramente, essa resposta já tinha sido dada. Mas ainda posso complementar com mais informação, a deliberação da Câmara foi tomada dia 29 de janeiro deste ano. Bastaria consultar, está no site do Município, estão as Atas e também está lá essa. E, nesta fase, está em discussão pública que é exatamente o momento propício para que todos e, também, naturalmente, os Membros desta Assembleia Municipal, possam dar contributos relevantes, substantivos, relativamente a algumas das dimensões que devam estar incorporadas no Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil. E, por isso, fica esta nota de incentivo à participação de todos, dos Municípios, dos Membros dos Órgãos Municipais aqui presentes, particularmente à Assembleia Municipal, para que possam dar os contributos relevantes no âmbito desse plano, que é um plano que está em revisão e que vai a discussão pública durante 30 dias, 30 dias úteis. E é uma oportunidade para ler, conhecer e dar contributos, sugestões e formular naturalmente algumas correções, se assim for entendido. Depois, relativamente a um dossier recorrente nesta Assembleia Municipal, é importante pela relevância intrínseca do mesmo, tem a ver com a resposta da Saúde, sempre muito centrada na dimensão Hospitalar, porque é aquela que suscita maior reservas e que temos a noção que um conjunto de respostas em termos de Saúde é manifestamente insuficiente. Queria, no entanto, pontualizar ou esclarecer que não ficou nenhum compromisso de a Senhora Ministra dar informação no período de três em três meses. O que eu disse foi o contrário, que nós a interpeláramos de três em três meses. E, portanto, o que nós faremos, a reunião é de dezembro, pelas minhas contas não passaram três meses, nós somos gente de palavra, em março estaremos outra vez a perguntar à Senhora Ministra da Saúde pela evolução daquilo que são a identificação das fragilidades mais relevantes. E na altura, nessa reunião de dezembro, feita em Lisboa, no seu Gabinete, mas depois também em visita feita durante os meados do mês de dezembro aqui à Unidade Hospitalar de Chaves. Na altura, foram identificados os dossiers mais relevantes, se a memória não me traiçoa, falamos, desde logo, da questão da necessidade de uma resposta mais abrangente no que diz respeito à Urgência Pediátrica. Ficou o compromisso, sem data, de se procurar encontrar uma solução para aumentar o período de atendimento da Urgência Pediátrica, passando daquilo que é o funcionamento dos dias de hoje, que é todos os dias da semana, de segunda a sexta, das 08:00horas às 20:00horas, procurando que esse período fosse alargado das 20:00horas para as 24:00horas e acrescentando também o fim-de-semana. Outro dos aspetos particulares e pertinentes dessa reunião, foi a questão da necessidade de abrir o Serviço de Internamento de Pediatria. Foi dito que haveria uma intenção de procurar contratar mais Pediatras, para que se pudesse dar resposta não só ao Serviço de Urgência Pediátrica, mas também, e particularmente, ao Serviço de Internamento de Pediatria, que era necessário recrutar mais especialistas, neste caso especialistas Médicos na área de Pediatria. Depois, foi dito também, que era urgente, importante, necessário, abrir o Serviço de Cuidados Intermédios, e até sugerido, por mim, que haveria um Médico especialista em Medicina Interna que estaria disponível para aceitar o desafio de instalar esse Serviço. Não vou dizer aqui, mas na reunião identifiquei o Médico especialista que estaria disponível para poder fazer o processo de abertura desse Serviço. Depois, foram abordados um conjunto de importantes matérias, muito mais na área médica, sobretudo no que diz respeito à necessidade de resposta num conjunto de especialidades que nos parecem que também, apresentam períodos médios de agendamento muito longos. Também dissemos que era importante que pudessem ser alargadas as primeiras consultas, mais consultas de seguimento, com alguma periodicidade, mas a acessibilidade mede-se pelo número de novas consultas e nesse aspeto, foi uma das questões que suscitamos, que era importante abrir mais, para que os prazos de marcação das consultas fossem menores. Depois, falou-se também da questão de poder incrementar a cirurgia, quer a cirurgia programada, quer a cirurgia de ambulatório. E foram estas as questões suscitadas, mas nada ficou e, aí sim, foi um fator de divergência, até de algum desconforto e até de uma posição bastante imponderada da senhora Ministra, eu perguntei-lhe por prazos, fixar prazos, metas, horizontes, respondeu que não fixava prazos. Então, eu respondi-lhe que na gestão fixam-se sempre prazos, metas e resultados. Isso não ficou em cima da mesa. Já pedimos ao novo Conselho de Administração da ULS uma reunião, para abordarmos estas matérias numa dimensão mais operativa, elas estão certamente no âmbito das suas competências. Sendo certo que, outras matérias estarão, na minha perspetiva, a montante, eu fico sempre na dúvida se serão na Direção Executiva ou serão no Ministério da Saúde. Veremos aonde elas



se radicaram para que possam ser abordadas. Mas faremos, mais uma vez, com determinação, todo o caminho. O caminho de dialogar com o Conselho de Administração, o caminho de agendar uma reunião com o Diretor Executivo do Serviço Nacional de Saúde e depois faremos com o Secretário de Estado e depois faremos com a Sra. Ministra, faremos esse processo todo porque entendemos, de facto, que há um défice de resposta em termos de Saúde em todo o Alto Tâmega, não particularmente só em Chaves e, portanto, estaremos, determinados. -----

Faremos esse contágio com as outras comunidades, aquelas que são servidas pela Unidade Hospitalar de Chaves, particularmente, Montalegre, Valpaços, Boticas, parte de Vila Pouca de Aguiar, que certamente estarão connosco neste processo, nesta luta, que é uma luta de todos, que é uma luta pela Saúde e que é uma luta pela Cidadania. -----

Estaremos empenhados, comprometidos, mas a verdade é que não ficou nenhum compromisso por parte da Senhora Ministra de nos reportar informação de três em três meses. Ficou sim, e reitero a promessa feita por mim que, de três em três meses, faríamos interpelações quanto a esta matéria em toda a escala de decisão da estrutura governativa, ULS, Direção Executiva e Ministério da Saúde, por isso, fica esta nota que me parece muito particular. -----

Depois, dizer ainda que estranho muito que os nossos comerciantes não conheçam o bairro digital. Tanto mais que já foram feitas sessões públicas de apresentação, numa das quais eu estive presente e tivemos a oportunidade de apresentar o projeto do bairro digital. Existe, continuamente, uma gestora do bairro digital que faz essa intermediação, essa interação com os comerciantes, conhecem bem o projeto. Este é um projeto que foi ganho numa dinâmica concorrencial, no âmbito dos fundos do PRR a nível Nacional, foi um dos cerca de 200 projetos a nível Nacional que foram conquistados para o território. Mais de 1 milhão de euros que, com certeza, contribuirão de forma crescente, afirmativa, para a valorização do nosso comércio local, centrado, sobretudo, porque as elegibilidades estavam aí identificadas, naquilo que é o espaço público, seja no que diz respeito ao WI-FI disponível em todo o espaço urbano mais central, seja no condicionamento da mobilidade, seja naquilo que é uma imagem corporativa de todo o bairro digital, e nas coberturas que já existem, que foram colocadas em três ruas principais, onde se localiza o principal comércio da nossa cidade e que estão, neste momento, removidas por questões climáticas. Chegamos à conclusão, aqui está uma aprendizagem que fizemos, que, durante o inverno, não podemos ter aquelas coberturas porque com o vento, com a chuva e com a neve congela-as e são verdadeiramente danificadas. Por conseguinte, passaremos a ter apenas durante o período de primavera e de verão essas coberturas, elas serão sempre retiradas e removidas durante o outono e inverno.

Depois, queria dizer também que todos os comerciantes e, designadamente, esse que prestou esse testemunho, poderão participar nas próximas semanas numa outra iniciativa que será feita com os comerciantes, será feita e fica já aqui o local - no Edifício Polis, naquele Edifício que fica na Ladeira da Trindade. Porque será esse o espaço de acolhimento de todos os comerciantes para todas as questões relacionadas com o bairro digital para que se possa passar essa informação. A dimensão relativamente aos comerciantes é, sobretudo, na capacitação da utilização do comércio digital. -----

O que se pretende é que os comerciantes, todos eles, possam fazer algumas aprendizagens e possam melhorar, ou nalguns casos começar, também a ter um espaço na área digital, podendo através de uma plataforma *e-commerce*, que o Município vai disponibilizar, poderem fazer aí, também, as suas vendas e fazer as suas operações. É isso que se pretende na dimensão dos comerciantes. Vão ter formação, capacitação nessas ferramentas e vão ter, também, a possibilidade de poderem aceder a esse espaço de transação digital para que o possam utilizar. -----

Também no que concerne à Quinta do Rebentão, aquilo que foi anunciado tem a ver com uma intervenção que vai ser feita numa das suas componentes - o Parque de Campismo. É uma obra parcialmente financiada pelo Turismo de Portugal e que vai ter um prazo de cerca de dois anos para a sua execução. Estão, neste momento, a ser finalizados os procedimentos prévios à contratualização para que se possam melhorar as respostas existentes para os muitos utilizadores daquele Parque. -----

Queria dar aqui uma notícia importante, que sob o ponto de vista de turismo, se existiam dúvidas sobre aquilo que era a dinâmica do Concelho, eu deixo só dois números que depois poderemos explorar em reuniões seguintes. Primeiro, um número que tem a ver com o complexo termal que no ano de 2025 atingiu quase 50 mil aquistas, passou dos 49 mil aquistas, o que compara com os cerca de 7 mil aquistas que havia em 2017, é um número próximo. Segundo, queria dar outro número, tem a ver com o número



de dormidas em Chaves, no ano de 2025, em estabelecimentos hoteleiros e de alojamento local com mais de 5 camas, por isso não são contabilizados aqueles que têm menos, que são 314 mil e que compara com cerca de 167 mil que havia em 2017. Ficam dois dados importantes para aqueles que dizem que Chaves não tem dinâmica de turismo. É só fazer contas e ver o incremento em termos percentuais do número de dormidas que aconteceu no nosso espaço. Felizmente para os nossos operadores, para os nossos hoteleiros, para os nossos empresários da restauração, é um bom indicador e que a nossa expectativa é que se consolide e, se possível, que cresça. -----

No que respeita à intervenção do Membro desta Assembleia, Manuel Cunha, da CDU, queria dizer o seguinte, a nossa motivação é a mesma. Eu não sou Ministro da Saúde, portanto, não lhe posso responder a essas perguntas, como compreenderá. Eu não sei responder a essas perguntas, porque não estão no domínio da ação do Município, não está nas suas competências operacionalizar, saber quando vai acontecer, se vai acontecer ou como vai acontecer. Isso está naqueles que têm competências nesta matéria, a ULS de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Direção Executiva e, também, na estrutura governativa, do Ministério da Saúde. Eu gostaria muito que as respostas fossem cabais, fossem céleres, fossem prontas. Com os meios que temos, nós não conseguimos saber se vamos conseguir atingir esse resultado. Nós temos é que mobilizar o nosso conhecimento, a nossa capacidade, o nosso poder de contágio para que, verdadeiramente, sobre este assunto, nós possamos passar para a nossa população, para os nossos concidadãos, para os residentes do Alto Tâmega, para os dirigentes dos outros Concelhos do Alto Tâmega, a importância, a relevância, de fazer esta luta e esta caminhada em conjunto que é afirmar a necessidade de um reforço da resposta em matéria de saúde. Claramente que, qualquer Autarca, qualquer Presidente da Câmara, será incapaz de dizer se vai acontecer, porque essa é a responsabilidade de terceiros, neste caso da senhora Ministra da Saúde e, em última análise, do senhor Primeiro-Ministro, que responde naturalmente por todos os Membros do Governo. -----

Por isso, acredite que vamos, como prometemos em dezembro, dizer que este ano vai estar centrado em termos estratégicos de ação municipal muito na saúde. Faremos, já no mês de março, novamente depois da reunião com o Conselho de Administração, uma interpelação à senhora Ministra da Saúde para perceber a evolução dos principais dossiers e diligências que foram, entretanto, desenvolvidas. Se de facto a resposta for a que tivemos antes, estive quase um ano para ser recebido pela senhora Ministra, isso significa silêncio e o silêncio aqui é desconsideração, ou então, se as respostas forem positivas, trabalharemos de forma concertada, colaborativa, porque o objetivo é comum. Se, porventura, continuarmos sem respostas, com incapacidade de solução de algumas das problemáticas aqui identificadas, faremos, naturalmente, a utilização de todos os instrumentos democráticos que estejam ao nosso alcance para poder evidenciar e afirmar, a legitimidade e a relevância das nossas pretensões, que são, podermos ter neste território o cumprimento de um dos postulados constitucionais, que é o direito à saúde. Muito obrigado. -----

**John Cláudio Santos Alves**, pelo **Plano C**, no uso da palavra disse: -----

Bem, olá de novo a todos. Senhor Presidente, obrigado pelos esclarecimentos, eu tenho apenas algumas questões no seguimento desses mesmos esclarecimentos, face à reunião que teve com a Ministra da Saúde. O facto de eu ter dito que houve um compromisso no seguimento dessa mesma reunião, foi porque o senhor Presidente que o disse na última Assembleia. Estive agora mesmo a rever a ata e disse-o, por mais que uma vez, houve o compromisso que falariam daqui a três meses. Seja como for, passando à questão no que diz respeito ao bairro digital, como disse, e bem, é importante os gestores estabelecerem prazos e por isso gostaria de reiterar a pergunta, qual é o atual prazo para concluir o projeto, sabendo que a data inicial era de final de setembro? Disse que acha estranho que alguns comerciantes não conheçam o projeto, como eu disse, nós falamos com mais do que um comerciante, inclusive aquele que submeteu a sua declaração à Mesa hoje, que não conhecia de todo. Alguns dizem que conhecem, mas que não sabem exatamente quando é que se irá concluir. Claro que as pessoas, por vezes, não são diligentes para procurar a informação que necessitam para fazer parte de determinadas iniciativas, sejam municipais ou promovidas por qualquer outra entidade. Não significa que, reconhecendo que há mais do que um comerciante que deveria ser abrangido por este projeto, não haja e não deva haver um esforço renovado por parte do Município, procurando outras iniciativas que não tenham sido realizadas até agora, para garantir que todos aqueles que serão beneficiários deste mesmo projeto



tenham conhecimento de todas as informações relevantes. E, claro, agradeço a informação, no que diz respeito à reabilitação da Quinta do Rebentão. -----

No que diz respeito à minha primeira pergunta, obrigado por esclarecer que o Plano Municipal da Proteção Civil será revisitado, falha minha por não ter ouvido essa parte na primeira intervenção que fez Antes da Ordem do Dia. Eu gostava de perguntar, mais especificamente, e acredito que o inventário de recursos faz parte desse novo Plano de Proteção, há uma parte importante que eu, sinceramente, não sei se faz parte dessa mesma reabilitação do Plano de Proteção Civil, que tem que ver com o teste das infraestruturas críticas, porque nós vimos em vários dos outros Concelhos, autoestradas, barragens e muitas outras estruturas críticas a ceder ao clima. -----

Encerrou a discussão o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----  
Renovo cumprimentos à Mesa, senhor Presidente, senhores secretários, senhora e senhores Vereadores, digníssimos Membros desta Assembleia Municipal, público aqui presente e, também estrutura de apoio. Relativamente à questão da saúde, para que haja um compromisso tem que ser firmado por ambos. Portanto, o meu compromisso, é perante os flavienses e perante os flavienses o que eu disse foi que é um dossier que nós assumiremos de forma central e, como principal, a saúde em 2026 e nos anos seguintes, se necessário. Portanto, o compromisso foi de interpelar a senhora Ministra porque, como compreenderá, para que haja um compromisso nesta matéria, a senhora Ministra, tinha que estar de acordo e isso não ficou assente. Se há alguma apreensão do sentido e alcance das minhas palavras, estará na ata, de qualquer das formas, eu faço uma interpretação autêntica porque fui eu que disse, fui eu que estive, por isso, o que aqui digo é: fica o compromisso de, de três em três meses, fazer a interpelação de quem tem competência em matéria de gestão da saúde para que nos possa atualizar sobre a evolução, ou não, destes dossiers ou outros que porventura surjam em matéria de saúde. -----  
Queria também dizer que reitero o que já disse antes, vai haver uma reunião dentro de alguns dias, não sei se daqui a uma semana, se duas, se três, não sei exatamente. Nessa reunião poderão estar, novamente, todos aqueles que estiveram antes ou, porventura, aqueles que não estiveram antes. Depois, há dimensões que nós conhecemos. Que o bairro digital está em execução, é visível por toda a área do bairro digital. Informação e elementos sobre a imagem do bairro, isso é visível, estão nesses locais e qualquer pessoa pode conhecer. Também foi visível que as coberturas estiveram durante o verão e um período, penso que integral, do outono. Também existem já outras medidas que vão ser feitas, que é, e posso dizê-lo aqui, vai haver uma limitação, um condicionamento e uma fiscalização muito maior à área do bairro, particularmente à zona histórica, com limitadores de acesso, apenas permitindo o acesso a quem, verdadeiramente, tem que ter o acesso a esse espaço da cidade. Portanto, provavelmente ainda durante este mês de março, iniciar-se-ão algumas obras de construção civil que vão permitir a instalação de suportes, quer para a Internet, quer para os limitadores de acesso. Querendo conhecer, penso que há um espaço no site do Município sobre o bairro digital, haverá informação, mas, naturalmente, nós estamos interessados em poder facultar toda a informação sobre este dossier, sobre outros dossiers para que aqueles que têm o maior interesse no sucesso deste bairro digital, que são os comerciantes. O que se pretende com este bairro digital é um espaço edificado, com uma memória e com uma tradição comercial que possa afirmar-se, se possa, não só fazê-lo de forma física, mas também através, de outros suportes, particularmente digital, dando-lhe a possibilidade de poderem chegar a outros destinatários, aumentarem os seus potenciais clientes. É isso que nós queremos, porque será, certamente, o melhor elemento do sucesso do projeto. Mas para isso, e nós estamos a falar de empresários, de empreendedores e os empresários e os empreendedores, são, por definição, gente que quer conhecer, que quer saber, que quer estar, quer dinamizar e são sempre aqueles que estão à frente. Por isso, provoquem-nos, peçam informação, certamente chegará informação que existe e a melhor forma de chegar a informação é estarem presentes nas interações. Posso dizer que um dos técnicos deste bairro contactou todos os comerciantes, um a um. Bateu à porta de todo. Por isso, quando eu dizia, há pouco, que achava estranho, tinha a ver com esta particular coincidência. A não ser que, nesse dia, esse estabelecimento comercial, estivesse fechado ou não estivesse o patrão, ou o dono, ou estivesse o empregado, não sei. Mas alguma coisa terá acontecido porque essa foi uma identificação. Identificaram-se mais de duzentos estabelecimentos comerciais das diferentes áreas, áreas dos serviços e do comércio. E foi feito esse mapeamento que existe relativamente aos estabelecimentos comerciais. Por parte da ACISAT, houve



também uma colaboração neste processo. Aliás, é parceira do projeto para que se possa concretizar. Mas queria ainda dizer que, este projeto tem que estar concluído no prazo de conclusão do PRR. Todas as candidaturas e todos os contratos de financiamento têm um prazo inicial, mas podem acontecer um conjunto de vicissitudes, sejam relacionadas com a elaboração dos projetos, seja com a contratualização das várias componentes do mesmo projeto e que são suscetíveis de poderem ser prorrogados. Também este foi objeto de prorrogação, não sei de memória, mas presumo que tenhamos que terminá-lo até maio deste ano, sendo certo que, se pudermos ter a possibilidade de ter mais uma prorrogação, ir até agosto, é isso que faremos para concluir na plenitude este investimento que, como eu disse, supera 1 milhão de euros de PRR, 100% a fundo perdido. Muito obrigado. -----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

**PONTO 4 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DO MUNICÍPIO DE CHAVES (1 PRESIDENTE DE JUNTA);** -----

O senhor Presidente da Mesa, Anselmo José Martins, deu conhecimento da entrada na Mesa de uma lista apresentada pelo Grupo Municipal do PS. -----

A votação foi efetuada por escrutínio secreto, tendo a lista sido aprovada por maioria, com 55 votos a favor, 6 votos contra e 12 votos em branco, com os nomes propostos, respetivamente: -----

**EFETIVO:** -----

- João Manuel Almeida Pinto – Presidente da União de Freguesias da Madalena e Samaiões. -----

**SUPLENTE:** -----

- Luís António Gonçalves Costa - Presidente de Junta da Freguesia de Vilar de Nantes; -----

Estes são os Representantes das Juntas de Freguesia que irão representar a Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Proteção Civil do Município de Chaves. -----

**PONTO 5 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO (1.ª) AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO DESTINADO AO FOMENTO DA APICULTURA - INFORMAÇÃO Nº 01/DDE/2026;** -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, à senhora e ao senhor Secretário, à senhora e aos senhores Vereadores, Membros desta Assembleia Municipal, público presente e quem assegura o funcionamento desta Assembleia Municipal. -----

A proposta de regulamento que é hoje aqui apresentada a este Órgão Deliberativo, vem na sequência de uma iniciativa de alteração deste instrumento regulamentar, esteve em discussão pública, e que na sua motivação essencial, se prendia com três aspetos preponderantes. O primeiro foi a identificação de um aspeto que entendíamos haver uma omissão ou, pelo menos, um tratamento inadequado que tinha a ver com a circunstância de os apiários que fossem localizados em outros Concelhos que não o Concelho de Chaves, ainda que o respetivo promotor ou respetivo titular desses apiários residisse em Chaves, não seriam objeto de apoio. E, portanto, o que se propõe neste regulamento é que o âmbito subjetivo, mas também o âmbito material deste regulamento, possa passar a integrar todos os titulares de apiários, sejam residentes em Chaves e que tenham colónias, independentemente de ser em Chaves ou ser noutros Concelhos, possam beneficiar do apoio financeiro que este regulamento contempla e que passarei depois de seguida a identificar. Também, outro dos aspetos do regulamento que se pretende alterar, tinha a ver com a circunstância de no regulamento anterior, naquilo que eram os documentos de instrução para candidatura por parte dos putativos beneficiários deste apoio, haver um documento relativamente a um aspeto em que estavam a fazer intervenção, porque Chaves, estaria numa zona controlada, no que diz respeito à doença *varroose*. Deixando de existir essa sinalização no Concelho de Chaves enquanto zona controlada, não faz sentido que este documento seja exigido e, portanto, a formulação, ou a formação mais aberta que permita acomodar outro tipo de exigências documentais, que estes possam, eventualmente, estar sujeitos. Por outro lado, pretendeu-se, também, depois de uma análise comparativa com aquilo que são os apoios que estão estabelecidos noutros Concelhos, procurar fazer uma valorização, um incremento, daquilo que é o valor por cada uma das colónias. E, portanto, a proposta que está constante no artigo oitavo deste regulamento, vai no sentido de que haja um incremento do apoio por benefício a quem se dedica à produção do mel. Neste caso concreto, o que se propõe é que passemos



de 1.50€ nas 30 primeiras colónias para 3.00€. É essa a proposta que aí está e depois, nas restantes colónias, quem tenha mais de 30 colónias em vez de 1.10€, como está fixado no regulamento em vigor, passe para 2.50€. Portanto, é um apoio muito significativo em termos unitários que aqui está identificado. Queria também aproveitar para dizer que este apoio, já aprovado há alguns anos, permite contribuir para a sustentabilidade e a rentabilidade desta atividade apícola e que, no caso concreto, é verdade que ele começou em 2017, apoiava 37 apicultores, tinha 5805 colónias. Não temos ainda a informação total, mas no ano de 2025 haverá 6495 colónias, o apoio total concedido são 21 mil 587 euros. É esta a informação pertinente sobre esta matéria. Pedia, naturalmente, a votação, favorável desta mesma proposta. Muito obrigado. -----

Seguiu-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

**John Cláudio Santos Alves**, pelo **Plano C**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia de nov. A questão que o Plano C tem é muito simples e curta. Gostaríamos de perceber, antes de votarmos, qual foi o resultado da auscultação da rede de apicultores do Concelho. Quantos apicultores foram, ou entidades ligadas à apicultura foram consultados. Nomeadamente a cooperativa de Apicultores do Alto Tâmega, a Montimel. Creio que referiu o número de apicultores que existem no Concelho, não consegui ouvir esse número, se pudesse repetir, agradecia, e é tudo, muito obrigado. -----

Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----

Renovo cumprimentos à Mesa, aos Membros do Executivo Municipal, aos Membros desta Assembleia Municipal. Dizer que na motivação da proposta, se tiverem a oportunidade de ler os documentos que instruem este assunto para esta Assembleia Municipal, perceberão que há ali alguma informação útil. Primeira informação útil tem a ver com a circunstância desta alteração ter estado em discussão pública, ou seja, esteve durante 30 dias para que todos quantos pudessem, quisessem, sentissem a oportunidade e pudessem conhecer, mas também contribuírem para fortalecimento, para recrescimento desta proposta. Nesta matéria, há duas entidades que têm um papel importante associativo e, nessa perspetiva, poderiam ter dado um contributo. Mas eu posso dizer que recebemos zero propostas, repito, recebemos zero propostas. Apesar de uma associação importante do Concelho, que é a Montimel, que agrega uma parte significativa dos nossos produtores de mel. Mas também alguns, não tantos, que também são associados da cooperativa de Boticas, que se chama Capolib. Também não recebemos nenhum contributo destas duas estruturas associativas representativas dos apicultores. É verdade que vamos interagindo com muitos, há um conjunto de pessoas que se dedicam a esta atividade e que vão procurando dar aqui alguns contributos. Na verdade, o que nós percebemos ao longo destes dois, três anos de vigência deste protocolo, é que a questão que sentiam mais era uma certa injustiça que haveria que corrigir e era mesmo a questão relacionada com a circunstância das colónias instaladas noutros concelhos não serem objeto de apoio. Foi algo que quisemos corrigir, está corrigido. Estranhei que não houvesse uma proposta a saber porque é que não foi antes das eleições, não é? Até podia ser, porque se esta proposta, nós a apresentássemos três ou quatro meses antes das eleições, era uma proposta eleitoralista. E, portanto, surgiu já depois das eleições para que essa questão não fosse suscitada. Por último, referir, reiterando que o número de colónias são 6495, não tenho exatamente o número de apicultores, serão um pouco acima dos 30, mas as colónias que existem são 6495, não as que existem no nosso Concelho, mas que são detidas por estes apicultores. Muito obrigado. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade**-----

PONTO 6 – 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO) AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2026. INFORMAÇÃO N. 5/DDEF/2026; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo cumprimentos à Mesa, aos Membros do Órgão Executivo e também aos Membros desta Assembleia Municipal e a quem nos acompanha nesta reunião. Esta é, de facto, uma primeira alteração orçamental modificativa, também muito conhecida como revisão aos Documentos Previsionais. E, por conseguinte, às peças fundamentais, que incorporam os Documentos Previsionais, mas, particularmente, do Orçamento, do PPI e do PAM. No particular, o intuito, numa lógica de utilização de todos os recursos disponíveis, o que se pretende é a utilização do saldo de gerência. O saldo de gerência do exercício de



2025. Pretendemos, fazer já uma utilização desse mesmo saldo para que possamos reforçar rubricas e inscrever também novas ações e, nesta perspetiva, para poder dar tradução àquilo que é o maior Orçamento Municipal que algum dia este Município teve. Para que nós possamos concretizar, possamos concluir muitos dos investimentos em curso e possamos iniciar outros que estão já identificados nos Documentos Previsionais que precisam, carecem de dotação e de fundos financeiros disponíveis, o propósito, é utilizar os 5 milhões 752 mil 356 euros e 95 cêntimos para aquilo que são e, tem alguns anexos, alguns documentos que sinalizam, identificam, claramente, quais são as rubricas reforçadas, quais são as novas rubricas, quer no que diz respeito ao PPI, mas também ao PAM, dando tradução a este intuito de podermos dar um impulso muito importante na concretização de muitas ações. Eu não tive a oportunidade há pouco, mas vou dizer agora, basta que, por exemplo, olhem, para aquilo que é o mapa que foi distribuído na informação, logo no primeiro ponto, tem a ver com o número de empreitadas em curso, perceberão que os números das empreitadas em curso, neste momento no Município de Chaves, têm um valor contratualizado superior a 50 milhões de euros e estão em execução e por executar 40 milhões de euros. Temos lá investimentos fundamentais. Para isso, é preciso naturalmente congregiar e alocar meios financeiros suficientes e também estes recursos são fundamentais com esse propósito. Posso aqui, por exemplo, sinalizar investimentos importantes, como sejam a reabilitação da Escola Fernão Magalhães, mas também a reabilitação das três Unidades de Saúde, o Centro de Saúde Chaves 1, do Centro de Saúde Chaves 2, da Unidade de Saúde de Vidago. Estamos, neste momento, com três intervenções muito importantes no que diz respeito à água, ao saneamento e pavimentos em três freguesias que, no seu conjunto, representam quase 5 milhões de euros. Temos também intervenções importantes no que diz respeito à rede viária, identificando apenas algumas, e apenas usando a memória, estamos a falar da Gualdino Pais que são mais são cerca de 900 mil euros. Também posso partilhar com vossas Excelências que a requalificação da Estrada Regional, que liga Chaves, neste caso, a Carrazedo de Montenegro já está consignada, já foi entregue ao empreiteiro, o visto do Tribunal de Contas foi concedido e já foi feito o auto de consignação ao respetivo empreiteiro, estamos a falar de um investimento superior a 5 milhões de euros. Temos outros investimentos importantes para concluir, por exemplo, uma intervenção qualificante na área de acolhimento empresarial, que são mais de 8 milhões de euros, em energia renovável, em 5G, em videovigilância. E, portanto, estamos com um conjunto muito importante de investimentos. Permitia-me sugerir a vossas Excelências que consultem essa listagem, são mais de 50 ou 60 empreitadas. São muitas, pequenas, médias e grandes. Para isso é necessário que existam recursos financeiros, pois bem, os recursos financeiros estão no Orçamento e este saldo de gerência na minha perspetiva, não devendo ficar oficioso, não devendo ficar sem utilidade, o que nós queremos fazer aqui é mobilizá-lo para a consecução de um conjunto, de iniciativas, de projetos, de ações, todos relevantes, uns de investimento e outros de despesa corrente, mas de qualquer das formas, todos absolutamente essenciais e, por isso, pedia a votação favorável, também, desta proposta. Muito obrigado. Não se registaram intervenções. -----

Posta à votação, a proposta foi aprovada por maioria com sessenta votos a favor e catorze abstenções de acordo com a votação abaixo discriminada: -----

Votos a favor: Pelo Grupo Municipal do PS: Anselmo José Martins, Francisco António Chaves de Melo, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Luiz Mário Alves Carneiro, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Luís Manuel Areias Fontes, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, António Manuel Pires de Almeida, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, Manuel Guerra Afonso, Lúgia Maria Chaves da Silva, Fernando Emanuel Monteiro Lopes, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Aurora Teixeira Carvalho Morais, Ricardo Vassal Coutinho, Nuno Miguel Claro da Silva e Maria de Fátima Monteiro Carvalho Marques. -----

Pelo Grupo Municipal do CH – CHEGA: Ana Maria Pires Pinto de Almeida, José Luís de Menezes Amarante, Ricardo Filipe de Souto Teixeira e Gisela Marisa Magalhães Lopes. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias – Romeu Alves Pires Medeiros Gomes, de Anelhe – Victor Manuel Gonçalves Esteves, de Bustelo – Fernando José Moura de Barros, de Cimo de Vila da Castanheira – Marcelo Rodrigues Morais, de Curalha – Domingos de Moura Alves, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, de Mairós - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras – António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, de Oura – Raúl Fernandes Salvador, de Outeiro



Seco – Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte – Guilherme Pires Vilanova, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia, de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, de Sanfins - Sara Cristina Trinta Morais, de Santa Leocádia – Amândio Veríssimo Machado, de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, de Santo Estevão – Maria José Sena Barros Pereira, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia – Filipe Manuel Rodrigues dos Santos, de Tronco - Catarina da Silva Oliveira, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - Alexandre Gomes Araújo, em representação da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Augusto Nascimento Guedes, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões – João Manuel Almeida Pinto, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Carlos Alberto dos Santos Vaz, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras) – Ana Margarida Tito Fontes Parada, de Vale de Anta – Nuno Alves Pereira, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilas Boas – Floriano Alves Videira, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota e de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage. -----

Abstenção: Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Marília Valente Ferreira Abelha, Alexandra Maria Neves Martins, Carlos Guilherme de Melo Gouveia, José Pimentel Sarmento, David Tavares Teixeira da Silva, Milena Sofia Vieira de Melo, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Pedro Miguel Vieira Miranda, Jaime Esteves Abreu e Olga Machado Gonçalves Ferreira. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Maria Teresa Morais Sarmento Campos. -----

Pelo Grupo Municipal do IL: Pedro Miguel albino Figueiredo. -----

Pelo Grupo Municipal do Plano C: John Cláudio Santos Alves. -----

Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os seguintes dois membros deste órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes no momento da votação: -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: António José Barrigas Almeida Pereira. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Vila Verde da Raia – Francisco José Ferreira Alves. -----

PONTO 7 – ANÁLISE DO 14.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “REABILITAÇÃO DO HOTEL PREMIUM CHAVES – AQUAE FLAVIAE” CLASSIFICADO COMO PIM, DA SOCIEDADE HOTEL PREMIUM CHAVES, LDA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 101/DDE/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente da Mesa, senhora Secretária, senhor Secretário, senhora e senhores Vereadores, digníssimos Membros desta Assembleia Municipal, público presente e, também, quem nos assegura a logística nesta Sessão. A proposta que é apresentada para ser objeto de apreciação e de deliberação por vossas Excelências, está relacionada com o título que a epígrafe refere “ANÁLISE DO 14.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “REABILITAÇÃO DO HOTEL PREMIUM CHAVES – AQUAE FLAVIAE” CLASSIFICADO COMO PIM, DA SOCIEDADE HOTEL PREMIUM CHAVES, LDA” -----

Também ele tem sido um processo bastante longo, tem sido um processo muito longo. Aconteceram, durante este contrato, que foi celebrado pelo Município no que concerne à concessão de benefícios fiscais, um conjunto de vicissitudes particularmente correlacionadas com os efeitos decorrentes da pandemia da Covid19, daquilo que aconteceu às unidades hoteleiras e as dificuldades que tiveram depois para poderem continuar a sua atividade. Também aqui, no caso desta empresa, muitas das situações que motivaram as diferentes prorrogações de prazo para a conclusão desse investimento, estão relacionadas com essa causa mais próxima. A verdade é que, já a proposta inicial indicava um prazo bastante alargado, sendo certo que agora, o que está aqui proposto em função daquilo que foi a análise feita por uma Comissão Técnica Municipal que faz a avaliação deste projeto, e que está em anexo à respetiva deliberação tomada pelo Executivo Municipal, vai no sentido de fazer a avaliação de cada um dos itens,



particularmente dando nota quer dos investimentos já realizados e já evidenciados, quer também relativamente às metas alcançadas em matéria de criação de emprego. No caso, em postos de trabalho está acima daquilo que eram as metas de emprego, eram seis e criaram dezanove. Mas, no que diz respeito à execução, o processo tem sido difícil, evidenciado agora, também, algumas dificuldades de tesouraria desta sociedade. A proposta que está aqui em cima da mesa vai no sentido de que se aprove uma prorrogação de prazo para a reprogramação temporal deste investimento, com data limite fixada no dia 30/06/2026, que será, sendo aprovada, já uma das várias adendas ao contrato e que será consubstanciada na alteração da cláusula sexta do respetivo contrato. É isso que está aqui proposto para que vossas Excelências possam votar favoravelmente esta proposta. Muito obrigado. -----  
Não se registaram intervenções. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia, Anselmo José Martins, disse: -----  
Permitam-me, que faça uma retificação aos resultados anteriores - não são treze abstenções, mas sim catorze abstenções. -----

**Colocado à votação o Relatório foi aprovado por unanimidade.** -----

PONTO 8 – IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS PARA A REGULARIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO, NA RUA DO EMIGRANTE, NA URBANIZAÇÃO DA QUINTA DA TRINDADE, FREGUESIA SANTA MARIA MAIOR – PROCESSO Nº 1036/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 891/DPM/2025; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----  
Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 9 - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO, NA RUA CONDE DE LINHARES, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE – PROCESSO Nº 1002/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 834/DPM/2025; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----  
Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 10 – IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO, NA RUA GENERAL FERREIRA MONTALVÃO, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE – PROCESSO Nº 1120/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 15/DPM/2026; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----  
Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 11 – COLOCAÇÃO DE LOMBA REDUTORA DE VELOCIDADE, NA RUA SENHORA DA LAPA, FREGUESIA DE VILAR DE NANTES – PROCESSO Nº 1081/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 885/DPM/2025; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----  
Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 12 - PEDIDO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PARA PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA, NA AVENIDA NUNO ALVARES PEREIRA, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – PROCESSO Nº 654/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 38/DPM/2026; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----  
Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----



PONTO 13 – COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, NUM CRUZAMENTO NO CM1073, A NASCENTE DE PEREIRA DE VEIGA, FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES – PROCESSO Nº 1026/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 873/DPM/2025; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----  
Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 14 - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, NO CRUZAMENTO DA RUA 25 DE ABRIL COM A RUA DÁ ESCOLA, FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM – PROCESSO Nº 1049/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 876/DPM/2025; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----  
Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 15 - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, NA RUA DA SOLIDÃO, NO CRUZAMENTO COM A AVENIDA DOM AFONSO I DUQUE DE BRAGANÇA, FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES – PROCESSO Nº 1128/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 48/DPM/2026; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----  
Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 16 - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, NA ALAMEDA DE TRAJANO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, PROCESSO Nº 1129/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 49/DPM/2026. Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

O Senhor Presidente da Mesa propôs que a Ata fosse aprovada em forma de Minuta. Posta à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

De seguida, deu como encerrados os trabalhos da presente Sessão, de que, para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros da Mesa e subscrita por mim, Maria de Fátima dos Santos Machado Silva, que transcrevi e também assino. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

\_\_\_\_\_  
(Anselmo José Martins)

O Primeiro Secretário

\_\_\_\_\_  
(Luiz Mário Alves Carneiro)



O Segundo Secretário

---

(Isabel Maria Ruivo Seixas Martins)

A Assistente Técnica

---

(Maria de Fátima dos Santos Machado Silva)

